

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLEISON ZIN

**ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL E PORTUGAL**

CAXIAS DO SUL

2019

CLEISON ZIN

**ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL E PORTUGAL**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Ms. Eduardo
Tomedi Leites

Orientador TCC II: Prof. Ms. Eduardo
Tomedi Leites

CAXIAS DO SUL

2019

CLEISON ZIN

**ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL E PORTUGAL**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Ms. Eduardo
Tomedi Leites

Orientador TCC II: Prof. Ms. Eduardo
Tomedi Leites

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos que sempre estiveram ao meu lado me incentivando, em especial ao meu Pai Jaime. Sem ele certamente não atingiria meus objetivos. Dedico a minha mãe Ivanir *in memoriam*, que certamente está feliz com o meu sucesso de ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Agradeço ao orientador, Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites, pela competência e dedicação nas orientações prestadas. Agradeço de forma especial, ao meu pai Jaime, pela confiança e incentivo dado durante toda a graduação. Também sou grato aos professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul pelos ensinamentos, conselhos e troca de experiências durante todo período da graduação. Também a todos os colegas de curso os quais convivi durante estes cinco anos e meio. E ainda, aos que embora não mencionados, tornaram possível a realização deste trabalho de conclusão de curso.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

Ter conhecimento do que está acontecendo com seu negócio, faz com que as melhores decisões sejam tomadas e a análise das demonstrações contábeis auxilia os gestores nessas decisões. Essa análise pode vir a partir da aplicação de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, onde buscam evidenciar como esta a empresa e suas atividades e comparar ao longo do tempo. A comparação desses índices também pode ser feita, não somente para empresas do mesmo país, mas também entre países, muito devido as normas internacionais de contabilidade, que buscaram a unificação na forma de contabilizar em todo mundo. As IFRS, em português, Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, são um conjunto de pronunciamentos do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) responsável pela clareza no segmento contábil. Por isso, o objetivo dessa pesquisa é aplicar essa análise através de indicadores em instituições financeiras localizadas no Brasil e em Portugal que utilizam o IFRS como forma de estruturar suas demonstrações contábeis e posteriormente a comparação, para identificar qual delas possui melhor rentabilidade, como está a liquidez e como está constituído seu endividamento. Para aplicar este estudo, a metodologia utilizada foi uma pesquisa documental a partir das demonstrações contábeis publicadas pelas organizações. Por fim, foi possível identificar que as instituições financeiras, tanto brasileiras como portuguesas, apresentaram uma estrutura de capital parecida, com altos índices de endividamento e diversas variações no que diz respeito a rentabilidade e liquidez.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Instituições financeiras. Brasil. Portugal. Índices econômico-financeiros.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Estrutura do Balanço Patrimonial – Modelo Brasileiro	26
Quadro 02. Estrutura de Demonstração do Resultado do Exercício – Modelo Brasileiro	28
Quadro 03. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Modelo Brasileiro	30
Quadro 04. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Modelo Brasileiro	31
Quadro 05. Estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Modelo Brasileiro	33
Quadro 06. Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado – Modelo Brasileiro ..	35
Quadro 07. Estrutura básica de um Balanço – Modelo Português	37
Quadro 08. Demonstração do Resultado – Modelo Português	38
Quadro 09. Demonstração das alterações do capital próprio – Modelo Português....	40
Quadro 10. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Modelo Português.....	42
Quadro 11. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Modelo Português.....	43
Quadro 12. Balanço Patrimonial – Instituições financeiras	56
Quadro 13. Demonstração do Resultado – Instituições Financeiras.....	56
Quadro 14. Balanço Patrimonial – Banco do Brasil.....	63
Quadro 15. Demonstração do Resultado – Banco do Brasil	63
Quadro 16. Índices de Liquidez.....	64
Quadro 17. Índices de Endividamento – Banco do Brasil	65
Quadro 18. Índices de Rentabilidade – Banco do Brasil	66
Quadro 19. Balanço Patrimonial – Itaú Unibanco.....	67
Quadro 20. Demonstração do Resultado – Itaú Unibanco	68
Quadro 21. Índices de Liquidez – Itaú Unibanco.....	68
Quadro 22. Índices de Endividamento – Itaú Unibanco	69
Quadro 23. Índices de Rentabilidade – Itaú Unibanco	70
Quadro 24. Balanço Patrimonial – Bradesco.....	71
Quadro 25. Demonstração do Resultado – Bradesco	72

Quadro 26. Índices de Liquidez – Bradesco.....	72
Quadro 27. Índices de Endividamento – Bradesco	73
Quadro 28. Índices de Rentabilidade – Bradesco	74
Quadro 29. Balanço Patrimonial – Millenium BCP	75
Quadro 30. Demonstração Do Resultado – Millenium BCP	75
Quadro 31. Índices De Liquidez – Millennium BCP	76
Quadro 32. Índices De Endividamento – Millennium BCP	77
Quadro 33. Índices De Rentabilidade – Millennium BCP	78
Quadro 34. Balanço Patrimonial – Banco BPI.....	79
Quadro 35. Demonstração Do Resultado - Banco BPI	80
Quadro 36. Índices De Liquidez - Banco BPI	80
Quadro 37. Índices De Endividamento - Banco BPI.....	81
Quadro 38. Índices De Rentabilidade - Banco BPI.....	82
Quadro 39. Balanço Patrimonial – Banco Carregosa.....	83
Quadro 40. Demonstração Do Resultado – Banco Carregosa.....	83
Quadro 41. Índices De Liquidez – Banco Carregosa	84
Quadro 42. Índices De Endividamento – Banco Carregosa	85
Quadro 43. Índices De Rentabilidade – Banco Carregosa.....	86
Quadro 44. Índices De Liquidez Apresentados Na Amostra	87
Quadro 45. Índices De Endividamento Apresentados Na Amostra	88
Quadro 46. Índices De Rentabilidade Apresentados Na Amostra.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Ativo Circulantes
ANC	Ativo não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
Esp.	Especialista
EUA	Estados Unidos da América
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo não Circulante
PROF.	Professor
UE	União Europeia

LISTA DE SIGLAS

ANEEL-	Agência Nacional de Energia Elétrica
UCS –	Universidade de Caxias do Sul
BACEN -	Banco Central do Brasil
CPC -	Comitê dos Pronunciamentos Contábeis
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CNC -	Comissão de Normatização de Contabilidade
CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
DC -	Diretrizes Contabilísticas
IFRS -	International Financial Reporting Standards
IAS-	International Accounting Standards
IASB -	International Accounting Standards Board
IASC -	International Accounting Standards Committee
NBC TG-	Normas Brasileiras de Contabilidade Termos Gerais
NCRF-	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
POC -	Plano Oficial de Contas
SA-	Sociedade Anônima
SEC -	Securities and Exchange Commission
SNC -	Sistema de Normatização Contabilística

LISTA DE SÍMBOLOS

%	por cento
R\$	reais
€\$	Euro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	16
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	17
1.2.1	Definição da questão de pesquisa	17
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	18
1.4	OBJETIVOS	18
1.4.1	Objetivo geral	18
1.4.2	Objetivos específicos	18
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	20
2.1.1	PANORAMA MUNDIAL	21
2.1.1.1	BRASIL	21
2.1.1.2	PORTUGAL	23
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS	24
2.2.1	BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	25
2.2.2	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	27
2.2.3	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	29
2.2.4	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	32
2.2.5	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	34
2.2.6	NOTAS EXPLICATIVAS	35
2.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PORTUGUESAS	36
2.3.1	BALANÇO	37
2.3.2	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	38
2.3.3	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	39
2.3.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	41
2.3.5	ANEXOS	44
2.4	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
2.4.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ	45

2.4.1.1	LIQUIDEZ IMEDIATA	46
2.4.1.2	LIQUIDEZ SECA	47
2.4.1.3	LIQUIDEZ CORRENTE	47
2.4.1.4	LIQUIDEZ GERAL	48
2.4.2	INDICES DE ENDIVIDAMENTO.....	49
2.4.2.1	GRAU DE ENDIVIDAMENTO	50
2.4.2.2	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	50
2.4.2.3	ENDIVIDAMENTO TOTAL	51
2.4.3	INDICES DE RENTABILIDADE	51
2.4.3.1	TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	52
2.4.3.2	TAXA DE RETORNO SOBRE O ATIVO	52
2.4.3.3	MARGEM LÍQUIDA	53
2.4.3.4	GIRO DO ATIVO	53
2.5	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	54
2.5.1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .	55
3	METODOLOGIA	57
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	57
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	58
4	ESTUDO.....	59
4.1	APRESENTAÇÃO	59
4.1.1	Situação Econômica no Brasil.....	60
4.1.2	Situação Econômica em Portugal	61
4.1.3	AMOSTRA	61
4.2	APRESENTAÇÃO DE DADOS DAS EMPRESAS E RESULTADOS	62
4.2.1	BANCO DO BRASIL	62
4.2.1.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	62
4.2.1.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVES DOS ÍNDICES.....	64
4.2.1.2.1	INDICES DE LIQUIDEZ.....	64
4.2.1.2.2	INDICES DE ENDIVIDAMENTO	65
4.2.1.2.3	INDICES DE RENTABILIDADE.....	65

4.2.2	ITAÚ UNIBANCO	67
4.2.2.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	67
4.2.2.2	ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DOS ÍNDICES.....	68
4.2.2.2.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	68
4.2.2.2.2	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	69
4.2.2.2.3	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	70
4.2.3	BRADESCO.....	71
4.2.3.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	71
4.2.3.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES	72
4.2.3.2.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	72
4.2.3.2.2	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	73
4.2.3.2.3	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	74
4.2.4	MILLENNIUM BCP	75
4.2.4.1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	75
4.2.4.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES	76
4.2.4.2.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	76
4.2.4.2.2	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	77
4.2.4.2.3	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	78
4.2.5	BANCO BPI.....	79
4.2.5.1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	79
4.2.5.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES	80
4.2.5.2.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	80
4.2.5.2.2	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	81
4.2.5.2.3	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	82
4.2.6	BANCO CARREGOSA.....	82
4.2.6.1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	83
4.2.6.2	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES	84
4.2.6.2.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	84

	15
4.2.6.2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	85
4.2.6.2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	85
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
5 CONCLUSÃO	90
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Em um cenário em que as informações possuem grande importância para a tomada de decisões dentro de organizações, a contabilidade atua como um grande auxílio, fazendo com que elas cheguem até os administradores de forma clara e objetiva para que a melhor decisão seja tomada e o negócio continua a evoluir.

A função da contabilidade é registrar todos os fatos que ocorrem em uma empresa através de números, tendo como base as atividades que acontecem na organização, sendo elas econômicas ou sociais. São inúmeras informações que acontecem em um curto espaço de tempo e todos esses dados merecem muita atenção e organização para que não haja erros.

O avanço tecnológico, ajudou na ordenação desse elevado número de dados. A modernização proporcionou que as demonstrações e relatórios estejam disponíveis em um curto espaço de tempo, para que sejam analisadas e que providências sejam tomadas, caso isso seja necessário.

Apesar da grande mudança ocasionada pela tecnologia, as normas contábeis são globalizadas. Isso se deve a IFRS (*International Financial Reporting Standards*) ou, Normas Internacionais de Relatórios Financeiros. Essa lei faz parte de um conjunto de pronunciamentos da IASB (*International Accounting Standards Board*), em português, Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade, que é responsável pela clareza no segmento contábil. Esse regimento não é obrigatório, cada país pode adotar um método que quiser.

Essa normativa proporcionou com que as operações da área contábil se tornem transparentes para todos os idiomas, e com isso, mais confiáveis. Essa homogeneização de informações, não ajudou somente os profissionais contábeis, mas também investidores que buscam investir em empresas de outros países e gestores, que buscam comparar seus demonstrativos com outras empresas do mesmo setor.

Com as instituições financeiras isso não é diferente. Elas possuem o dinheiro, próprio ou de terceiros, como produto principal para sua atividade econômica. Essa movimentação faz com que a economia do país não pare de

crescer, contribuindo para o desenvolvimento da nação.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Uma instituição financeira possui um vasto grupo de fornecedores, sendo pessoas físicas e jurídicas. Essas empresas têm como principal função fazer a intermediação entre o cliente e algum tipo de serviço do mercado financeiro, como por exemplo, investimentos, financiamentos e empréstimos.

Principal fonte de receita dos bancos é a intermediação de crédito, ou seja, capta recursos, pagando por eles baixa taxa de juros, e repassando-os com elevados juros, dependendo do risco, prazo e outros fatores.

Segundo o Banco Central, no Brasil, as instituições financeiras são divididas em 5 grandes grupos, conglomerados, Bancos Comerciais e Caixa Econômica, Cooperativas de Crédito, Bancos de Investimentos/ Desenvolvimento e Administradores de Consórcios. Totalizando mais de 60 corporações, sendo de domínio público ou privado. Já nos Estados Unidos, por exemplo, grande potência mundial, possui cerca de 12 mil bancos e cooperativas de crédito. Nota-se com essas informações, que o setor bancário é altamente lucrativo, pois apresenta elevado número de empresas.

Diante disso, delimita-se o trabalho em uma análise comparativa da situação econômico financeira entre empresas brasileiras e portuguesas do setor financeiro. Utilizando-se das principais demonstrações contábeis como base para esse estudo.

O objetivo do trabalho não é esgotar a discussão sobre o assunto, mas fomentar a discussão a respeito da harmonização das normas internacionais de contabilidade e a possibilidade de utilizar as informações contábeis com a finalidade de comparação entre a situação econômica e financeira de instituições entre os diferentes países.

1.2.1 Definição da questão de pesquisa

Qual o desempenho econômico e financeiro de instituições financeiras situadas no Brasil e Portugal nos anos de 2016 a 2018?

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

H₁: As instituições financeiras brasileiras apresentaram maiores índices de rentabilidade devido a altas taxas de juros e elevada inflação sofrida pela moeda nacional.

H₂: A estrutura patrimonial de instituições financeiras portuguesas apresenta menores índices de endividamento.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o desempenho econômico e financeiro de instituições financeiras situadas no Brasil e Portugal nos anos de 2016 a 2018?

1.4.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico relacionado a análise patrimonial e financeiro (conceitos, técnicas, etc.);
- Verificar quais são os índices econômico-financeiro que devem ser considerados para a comparação;
- Identificar as demonstrações contábeis das instituições financeiras utilizadas para a pesquisa;
- Aplicar os cálculos dos índices econômico-financeiro nas demonstrações contábeis;
- Analisar os resultados encontrados em cada instituição financeira.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo consta uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a justificativa.

No segundo capítulo estão apresentados diversos aspectos teóricos e mercadológicos que fazem parte de uma análise econômico-financeiro de instituições financeiras. Este capítulo tem o objetivo de evidenciar que existem muitos fatores além dos índices que devem ser considerados na análise das demonstrações financeiras. Também será evidenciado quais demonstrações contábeis serão necessárias para essa análise.

No capítulo três é abordada a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento do estudo, onde serão evidenciados os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

No quarto capítulo encontra-se o desenvolvimento do estudo de caso, onde será evidenciado como proceder para a realização dos cálculos dos índices econômico-financeiros das instituições dos dois países. Nesse capítulo também estará evidenciado os diferentes efeitos no resultado, gerados a partir dos cálculos dos índices econômicos.

Ao final, no quinto capítulo, estão apresentadas as conclusões geradas a partir do estudo realizado. Com base nelas será possível constatar como estão os índices econômico-financeiros das instituições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Após a Segunda Guerra Mundial, Zeff (2014 p. 64) cita que cada país tinha seus próprios Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP), ou sua própria prática contábil. Inclusive entre os GAAP em países com mercados de capitais ativos – os EUA, o Canadá, o Reino Unido, a Austrália e a Nova Zelândia – dos quais as companhias negociadas em bolsa dependiam fortemente para captação de recursos, haviam importantes diferenças. O autor continua,

Sir Henry Benson, após correspondências e reuniões com as lideranças dos órgãos globais de todo o mundo, liderou a fundação do International Accounting Standards Committee (IASC). Sua motivação era promover a harmonização internacional das normas contábeis, para diminuir as diferenças nas práticas contábeis entre os países. (JEFF, 2014, p. 04)

Buscando essa harmonização das normas contábeis, Weffort (2013) comenta sobre a criação *International Accounting Standards Committee* (Conselho de padrões de Contabilidade Internacional) em 1973 pelos organismos profissionais de contabilidade de 10 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido. A nova entidade foi criada com o objetivo de formular e publicar de forma totalmente independente um novo padrão de normas contábeis internacionais que possa ser universalmente aceitado no mundo.

Para completar sobre o IASC, Zeff (2014 p. 61) cita que o objetivo era emitir normas “básicas”, denominadas *International Accounting Standards* (IAS) que, esperava-se, pudessem levar a uma harmonização das normas contábeis ao redor do mundo. A primeira norma do IASC sobre a divulgação das políticas contábeis foi divulgada em janeiro de 1975 e foi recebida com grande alarde ao redor do mundo. O impacto aparente das normas do IASC variou consideravelmente entre os países. Com poucas exceções, os países representados no conselho não modificaram suas próprias normas para refletir os conteúdos das normas do IASC.

Buscando aperfeiçoar os pronunciamentos contábeis, o IASB foi criado e assumiu as responsabilidades técnicas do IASC, como cita Zeff (2014 p. 61), em 1

de abril de 2001 foi criado o *International Accounting Standards Board* (IASB) na estrutura do IASC que assumiu as responsabilidades do IASC. o IASB redesenhou substancialmente o mapa mundial das informações financeiras empresariais.

Ernst & Young (2012 p. 33) cita que uma importante característica dos pronunciamentos do IASB é o reduzido uso de regras em seu conjunto de pronunciamentos e interpretações. No ponto de vista desses autores, é natural que, tendo como finalidade a aplicabilidade em diversos países, tais normas devem ser desprendidas de regras que poderiam causar distorções, em razão do contexto em que são utilizadas. Assim complementa,

Rapidamente, a comunidade internacional vem reconhecendo os benefícios em adotar um conjunto de normas contábeis preparado sob a coordenação do IASB e oficialmente aceito pela comunidade europeia. O IASB tem o compromisso de desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que exige informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeiras de uso comum. (ERNST & YOUNG, 2012, p. 36).

Já para Costa, Theóphilo e Yamamoto (2012) o *International Accounting Standards Board* (IASB), é o órgão responsável por elaborar as normas internacionais de contabilidade, que estão sendo utilizadas por mais de 100 países no mundo. Os autores ainda citam que o Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) é o responsável em traduzir as normas internacionais para o Brasil.

2.1.1 PANORAMA MUNDIAL

2.1.1.1 BRASIL

No Brasil, as padronizações foram determinadas a partir de 2007, como citam Costa, Theóphilo e Yamamoto (2012), as padronizações das normas contábeis brasileiras ocorreram a partir das mudanças das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram a disposição da Lei nº 6.404/76, modernizando os procedimentos contábeis por meio das normas internacionais de contabilidade.

Com essa nova lei, Lima (2010) destaca que a sociedade brasileira representada pelas entidades contábeis, contadores, auditores, órgãos reguladores,

analistas de mercado de capitais e usuários de demonstrações financeiras dedicou grande parte do tempo discutindo a necessidade de modernização da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, visando torná-la responsiva às necessidades locais e globais de informação. Ele complementa,

No tempo transcorrido entre o Projeto de Lei nº 3.741/00 e a Lei no 11.638/07, ocorreram os seguintes importantes eventos no ambiente contábil-regulatório brasileiro: a) em 7 de outubro de 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Resolução no 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade. b) a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, por meio de resoluções, pronunciamentos contábeis emitidos até 2006 pelo IBRACON, substancialmente alinhados às normas internacionais, a saber:– Apresentação das Demonstrações;– Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas;– Eventos Subsequentes à Data do Balanço;– Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros; c) em 2007, a partir da Deliberação no 520, de 15 de maio de 2007, a CVM passou a emitir seus pronunciamentos em conjunto com o CPC. Assim, a Resolução CVM no 527, de 17 de novembro de 2007, aprovou o pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; d) comunicado BACEN 14.259, emitido em 2006, estabelece que as instituições financeiras deverão preparar e divulgar demonstrações financeiras em IFRS em 2010, dando um passo concreto para a adoção das IFRS no segmento financeiro; e) a CVM determinou, pela Instrução CVM no 457, de 13 de julho de 2007, que todas as empresas abertas devem preparar e divulgar, em 2010, demonstrações financeiras consolidadas conforme normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB; f) a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), pela sua Circular SUSEP no 357, de 26 de dezembro de 2007, também determinou que as entidades que ela regula (basicamente as seguradoras) devem preparar e divulgar, em 2010, demonstrações financeiras consolidadas conforme as normas do IASB. (LIMA,2010, p. 23).

A adoção dessas normas demorou cerca de 7 anos, Ernst & Young e Fipecafi (2009), relatam que no final de 2007 o projeto de Lei foi transformado na Lei 11.638/07, foi ela que estabeleceu a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Posteriormente, em 2005, foi criado no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Sobre o CPC, Antunes et al. (2012) citam que foi criado com o objetivo de promover o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, visando à centralização e uniformização, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Ainda segundo os autores, o CPC emite os pronunciamentos contábeis baseados nas IFRS e os órgãos reguladores no Brasil – tais como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (Bacen), bem como outros setoriais, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – adotam, ou não, esses pronunciamentos, que passam a vigorar como norma contábil.

Essas inovações trazidas por essa nova lei causaram muitos transtornos, para profissionais da área contábil. Mas, Antunes et al. (2012) afirmam que as mudanças introduzidas buscam aprimorar a qualidade da informação contábil, visando aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas.

Por fim, Lima (2010) cita que tais mudanças propiciaram, em alguns temas contábeis, a aproximação das normas brasileiras às internacionais e são aplicáveis aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008.

2.1.1.2 PORTUGAL

Em Portugal a normatização contábil começou por volta do ano de 1977 com a criação do CNC (Comissão de Normatização de Contabilidade), como cita Fernandes (2017) “A CNC é uma entidade oficial que normatiza e harmoniza a Contabilidade em Portugal e tem dependência administrativa e financeira do Ministério das Finanças”. O autor ainda complementa que paralelo a fundação CNC, ocorreu à publicação do primeiro Plano Oficial de Contas (POC), o qual sofreu forte influência do plano de contas francês.

Alves e Antunes (2010) destacam que ao fazer parte da União Europeia, Portugal foi convencido a criar um único sistema de Contabilidade que fosse de aceitação internacional e facilitasse acesso aos mercados de capitais internacionais dessa maneira, o POC precisou ser adaptado ao novo panorama econômico e contábil, em 1989 incorporou princípios contábeis e procedimentos de mensuração dos países integrantes da UE.

Ainda em busca da harmonização contábil Gaspar Alves e Cameira Antunes (2010) ainda comentam que “em 1991 a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) optou por emitir Diretrizes Contabilísticas (DC) em lugar de reformular novamente o POC. Sendo que as DC emitidas mostram uma clara aproximação da CNC às normas do IASC”.

Posteriormente com a criação do IASB, Fernandes (2017) relata que em 2003 a CNC elaborou o que denominou de 'Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normatização Contábil Nacional' o qual propôs a aplicação das normas do IASB.

Já por volta do ano de 2008, buscando mais proximidade com as IFRS, foi desenvolvido um novo normativo, denominado SNC (Sistema de Normatização contábilística). Segundo Roberto e Araújo (2010 p.8) "o SNC assenta num modelo baseado em princípios, mas mantendo uma forte ligação aos hábitos do POC com às alterações das Normas Internacionais do IASB".

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS

De acordo com Assaf Neto (2012) as demonstrações contábeis levantadas pelas empresas fornecem informações a respeito de sua posição econômica e financeira. Estas informações devem fornecer à administração da empresa os meios para proceder ao planejamento a curto e longo prazos e ao controle do desenvolvimento das atividades previstas.

No ponto de vista de Braga (2009) as demonstrações contábeis são para utilização de usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e suas diversas necessidades.

Ribeiro (2012) comenta que a base legal das demonstrações contábeis está na Lei 11.638/07, onde substituiu a obrigatoriedade de elaboração de uma demonstração e inclui outra:

- a) A obrigatoriedade da elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) foi substituída pela obrigatoriedade da elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- b) Foi incluída, entre as demonstrações de elaboração obrigatória, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações financeiras exigidas pelas NBC TG 26, são, portanto, as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Notas Explicativas.

2.2.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Uma das demonstrações mais importantes é o balanço patrimonial como cita Bazzi (2016), “o balanço patrimonial é uma demonstração contábil obrigatória para qualquer empresa. Ele apresenta uma descrição sintética da posição financeira da empresa em determinada data”.

Oliveira da Silva (2017), comenta que o balanço patrimonial é um dos demonstrativos mais importantes dentro de uma entidade junto ao demonstrativo do resultado do exercício, ele fornece informações dos componentes que provocam alterações no Patrimônio traz a representação gráfica do patrimônio, onde consta seu ativo, passivo e patrimônio líquido. Através dele também temos uma visão precisa da empresa, onde é possível realizar comparações com períodos anteriores.

A forma como deve-se estruturar essa informação, Ribeiro (2010) informa que o Balanço Patrimonial deve ser observado a disciplina contida nos arts. 178 a 184 da Lei nº 6.404/76.

Já Assaf Neto (2012) salienta que a informação que a demonstração fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após o encerramento. Ainda segundo o autor,

Pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o reconhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa. (ASSAF NETO, 2012)

O balanço patrimonial possui dois grandes grupos: Do lado esquerdo está o Ativo, onde estão os bens e direitos da empresa. No lado direito está o Passivo e Patrimônio Líquido, que elenca as obrigações da organização, sendo com terceiros ou próprios, respectivamente, como pode-se observar no quadro 01.

Quadro 01. Estrutura do Balanço Patrimonial – Modelo Brasileiro

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	FORNECEDORES
CRÉDITOS	ADIANTAMENTOS
ESTOQUES	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
DESPESAS ANTECIPADAS	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS
	OUTRAS CONTAS A PAGAR
	NÃO CIRCULANTE
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
	OUTRAS CONTAS A PAGAR
NÃO CIRCULANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	CAPITAL SOCIAL
INVESTIMENTOS	RESERVAS DE CAPITAL
IMOBILIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
(-) Depreciação Acumulada	RESERVAS DE LUCROS
INTANGÍVEL	RESULTADOS ACUMULADOS
(-) Amortização Acumulada	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Saporito (2015 p. 23).

Para descrever o lado dos ativos, Ribeiro (2014), conceitua que são contas representativas dos bens e direitos, onde serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, do menor para o maior prazo no qual serão transformados em dinheiro. Eles estão divididos em dois grandes grupos: ativo circulante e ativo não circulante.

Os ativos circulantes, Assaf Neto (2012) informa que eles representam alta rotação, sendo valores em caixa, valores a receber em curto prazo, estoques de matérias primas e produtos, sendo conhecidos como capital de giro.

Para melhor entendimento, Marion (2012), cita que um ativo deve ser classificado como circulante quando:

a) se espera que seja realizado, ou mantido para venda, negociação ou consumo dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço; ou

b) é um ativo em dinheiro ou equivalente, cuja utilização não está restrita.

Já nos ativos não circulantes estão contas que pouco circulam, como realizável a longo prazo, investimentos, imobilizados e intangíveis, ou seja, que possuem baixa rotação, demorando mais de 12 meses para se transformarem em dinheiro ou são bens utilizados para as atividades econômicas da empresa.

Para entendermos melhor, Marion (2012) cita que todos os ativos, são realizáveis em moeda, seja com base no direito de recebimento, seja por meio de venda ou de sua utilização e consumo no processo produtivo. O que existe, de fato, e que torna importante distinguir, para fins de análise, são aqueles que vão se realizar durante os próximos 12 meses (circulante) daqueles que possuam realização mais longa (não circulante).

Do outro lado estão do balanço estão os passivos, como descreve Bazzi (2016) "os passivos são os lançamentos originários de obrigações da empresa por eventos que já ocorreram, e seu pagamento resultará na saída de recursos, sendo classificadas conforme o prazo de pagamento, do menor para maior". O autor prossegue.

Os passivos circulantes incluem as contas a pagar, que são os valores devidos por compras feitas a prazo pela empresa, empréstimos de curto prazo (títulos) e despesas a pagar (impostos, salários, etc.). O passível exigível a longo prazo, ou não circulante, representa dívidas cuja liquidação não está prevista no ano em curso (BAZZI, 2016).

Abaixo dos passivos está o patrimônio líquido, Assaf Neto (2012), identifica que no PL estão os recursos próprios da empresa, sendo formado pelo capital investido pelos acionistas, mais os lucros gerados nos exercícios e que foram retidos na empresa.

2.2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A demonstração do resultado do exercício demonstra como foi o resultado de uma empresa em um determinado período assim como cita Braga (2012) "a finalidade básica da demonstração do resultado do exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e

despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final, sendo lucro ou prejuízo”.

Assim cita Assaf Neto (2012) “a demonstração do resultado do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido”. Ele complementa,

A DRE é apresentada de forma dedutiva (vertical), iniciando-se com a receita bruta (total) da qual são deduzidos os custos correspondentes, originando o resultado bruto. Em seguida, são deduzidas as despesas operacionais para alcançar o lucro operacional, ao qual serão adicionados ou subtraídos os valores correspondentes aos resultados não operacionais, apurando o resultado do exercício antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Finalmente, é deduzido o valor da provisão para a Contribuição Social e a Provisão para Imposto de Renda e das participações nos lucros, chegando-se, assim, ao resultado final, denominado lucro ou prejuízo do exercício. (BAZZI, 2016).

Observa-se um modelo de DRE a seguir.

Quadro 02. Estrutura de Demonstração do Resultado do Exercício – Modelo Brasileiro

(=) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS Vendas de Produtos e Mercadorias Prestação de Serviços
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (-) Descontos Concedidos, Devoluções, Impostos sobre Vendas
= RECEITA LÍQUIDA
(-) CUSTO DAS VENDAS Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas Custo dos Serviços Prestados
=LUCRO BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS (-) Despesas Gerais e Administrativas (-) Despesas de Vendas Outras Despesas (Receitas) Operacionais Resultado da Equivalência Patrimonial
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO (+) Receitas Financeiras (-) Despesas Financeiras
= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
(-) Provisão para Imposto de Renda (-) Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Perez Junior e Begalli (2015).

Como base legal para estruturar uma DRE, Ribeiro (2010) cita deve-se observar as disciplinas contidas no art. 187 da Lei nº 6.404/76. O autor complementa que o dispositivo legal não fixa um modelo a ser observado por todas empresas, porém estabelece as informações mínimas que devem constar na demonstração.

Por fim, Assaf Neto (2012) enfatiza que as receitas e despesas do período consideradas na DRE não dependem da sua realização financeira. Assim, as receitas de vendas são registradas quando elas são realizadas. A despesa com pessoal é considerada no próprio mês da prestação dos serviços, mesmo que ainda não tenham sido pagas.

2.2.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A demonstração do fluxo de caixa no ponto de vista de Assaf Neto (2012), permite que se analise, principalmente, a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos perante terceiros (empréstimos e financiamentos) e acionistas (dividendos), a geração de resultados de caixa futuros e das operações atuais. De acordo com a lei, a DFC deve evidenciar, três fluxos financeiros:

- a) Das operações: descreve basicamente as transações registradas na demonstração do resultado do exercício.
- b) Dos investimentos: são geralmente determinados por variações nos ativos não circulantes e destinados à atividade operacional de produção e venda da empresa.
- c) Dos financiamentos: referem-se basicamente às operações com credores e investidores.

O autor complementa,

A legislação permite que a DFC seja elaborada tanto pelo método direto como pelo método indireto. O Método Indireto parte do lucro líquido do exercício para se conciliar com o caixa gerado pelas operações. O método direto destaca as movimentações financeiras explicitando as entradas e saídas de recursos de cada componente da atividade operacional, como recebimento de vendas, pagamentos de juros e impostos etc. (ASSAF NETO, 2012 p. 65).

Para Marion (2012) "a demonstração dos fluxos de caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos".

A demonstração dos fluxos de caixa possui duas formas de serem evidenciadas, no método direto e no método indireto como menciona Alcantara da Silva (2012) "essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício)". O autor ainda salienta que este é o único demonstrativo contábil elaborado com base em regime de caixa, enquanto os demais são elaborados de acordo com o princípio contábil da competência do exercício.

No quadro 03, verifica-se o método Diretos, da DFC.

Quadro 03. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Modelo Brasileiro.

FLUXOS OPERACIONAIS VALORES RECEBIDOS (+) Recebimento de Clientes (+) Juros Recebidos de Clientes (+) Dividendos Recebidos (+) Outros Recebimentos VALORES PAGOS A FORNECEDORES E A EMPREGADOS (-) Pagamento a Fornecedores (-) Pagamento a Funcionários (-) Pagamento de Despesas Administrativas (-) Pagamento de despesas com Vendas (-) Pagamento de Despesas com Impostos (-) Outros Pagamentos CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXOS DE INVESTIMENTOS Pagamento na Compra de Imobilizado Recebimento pela Venda de Imobilizado Outros CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
FLUXOS DE FINANCIAMENTO Integralização de Aumento de Capital Amortização de Empréstimos e Financiamentos Recebimento/Pagamento de Dividendos Novas Captações de Empréstimos e Financiamentos Outros CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA
SALDO INICIAL DE CAIXA
SALDO FINAL DE CAIXA

Fonte: Perez Junior e Begalli (2015 p. 17).

O método direto, segundo Perez Junior e Begalli (2015), explica os efeitos financeiros resultantes das atividades operacionais a partir do recebimento das vendas e do pagamento de compras e despesas, mantendo uma sequência lógica semelhante a organizada para a demonstração de resultados, mas adaptada à visão financeira, de modo a identificar todas as entradas e saídas de caixa relacionadas às operações e extraíndo o saldo.

No quadro 04 a seguir, está um exemplo de fluxo de caixa no método indireto.

Quadro 04. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Modelo Brasileiro

FLUXOS OPERACIONAIS Resultado Líquido (+) Depreciação Aumento/Redução de Duplicatas a Receber Aumento em Duplicatas Descontadas Aumento em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Aumento/Redução em Estoques Aumento /Redução em Fornecedores Redução de Salários a Pagar Outros CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXOS DE INVESTIMENTOS Pagamento na Compra de Imobilizado Recebimento pela Venda de Imobilizado Outros CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
FLUXOS DE FINANCIAMENTO Integralização de Aumento de Capital Amortização de Empréstimos e Financiamentos Recebimento/Pagamento de Dividendos Novas Captações de Empréstimos e Financiamentos Outros CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA
SALDO INICIAL DE CAIXA
SALDO FINAL DE CAIXA

Fonte: Perez Junior e Begalli (2015).

Na forma de estruturar Marion (2012) explica que no método Indireto, os aumentos no ativo circulante provocam uso de dinheiro (caixa) e as reduções do ativo circulante produzem caixa e os aumentos do passivo circulante evitam saída de mais dinheiro, aumentando o caixa, as reduções do passivo circulante significam que o pagamento foi feito, reduzindo o caixa. Já no fluxo de investimentos, Marion (2012) comenta que se referem ao não circulante da empresa. Quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios etc., reduz o caixa. Quando a empresa vende

esses itens, aumenta o caixa. E por fim no fluxo de financiamentos, o autor cita que os financiamentos poderão vir dos proprietários (aumento de Capital em dinheiro) ou de terceiros (financiamentos, bancos etc.).

A DFC é um importante instrumento para que o analista possa entender melhor os acontecimentos que geraram efeitos financeiros no período considerado e é uma demonstração de natureza completamente diferente da demonstração do resultado, ainda que existam ligações entre elas.

2.2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

A DMPL busca evidenciar as alterações que acontecem no Patrimônio Líquido de uma empresa, como fala Alcantara da Silva (2012), tem o objetivo detalhar as modificações ocorridas durante um exercício social nas contas do patrimônio líquido (capital social, lucros ou prejuízos acumulados e reservas), partindo do saldo inicial e chegando ao saldo final.

No ponto de vista de Perez Junior e Begalli (2015), “o patrimônio líquido de uma empresa representa a riqueza real da entidade e pode ser interpretado como sendo os ativos líquidos pertencentes aos proprietários, ou seja, bens mais direitos menos obrigações e constituem direito comum desses mesmos proprietários. Corresponde ao chamado capital próprio, ou seja, proveniente dos proprietários, e dos lucros ou prejuízos decorrentes das atividades da empresa”.

Já para Braga (2012) essa demonstração tem por objetivo facilitar a análise das modificações que ocorrem nos componentes do patrimônio líquido, durante determinado período, geralmente o exercício social. O autor continua “ do ponto de vista gerencial, e para a análise, essa demonstração permite uma visão mais adequada do comportamento dos capitais próprios da empresa, possibilitando a identificação das causas de sua evolução ou involução”.

Além dos saldos iniciais do exercício de cada conta do patrimônio líquido, a DMPL mostra também as causas das variações de cada uma e, por conseguinte, o total do patrimônio líquido no final do período.

A seguir, no quadro 05, podemos ver um exemplo de demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Quadro 05. Estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Modelo Brasileiro

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO DO INICIO DO EXERCICIO					
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES Mudanças de Critérios Retificação de erros de exercicios anteriores					
SALDO INICIAL AJUSTADO					
AUMENTO DE CAPITAL Com Lucro e Reservas Por Subscrição Realizada					
REVERSÃO DE RESERVAS Estatutárias Para Contingências De Lucros a realizar De Outras Reservas de Lucros					
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO					
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS Reserva Legal Reserva Estatutária Reserva para Contingências Reserva de Lucros a realizar Outras Reservas de Lucros					
DIVIDENDOS PROPOSTOS					
SALDO AO FINAL DO PERÍODO					

Fonte: Perez Junior e Begalli (2015).

Ribeiro (2010) salienta que para evitar um número excessivo de colunas na DMPL, as informações relativas ao capital social e às reservas de lucros e de capital poderão ser apresentadas de forma global em seus respectivos grupos. Nesse caso, os fluxos de recursos de uma conta para outra, que revelam a origem de cada movimentação de cada mutação, deverão ser informadas em notas explicativas.

Para título de curiosidade Segundo Silva (2012) cita que muitas companhias, mesmo não obrigadas, têm optado pela elaboração da DMPL em substituição à DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados), pois ela indica claramente a formação e a utilização de todas as reservas, e não apenas das originadas pelo lucro.

2.2.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A DVA é um dos elementos componentes do Balanço Social. Sua finalidade é “evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período”. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010).

A Demonstração do Valor Adicionado busca mostrar quanto de riqueza uma organização produziu em um período, ou seja, como cita Assaf Neto (2012 p. 112), “a demonstração do valor adicionado é a demonstração do quanto a empresa agregou de valor no período relacionado e informado”.

Já no ponto de vista de Alcantara da Silva (2012 p. 31) “a demonstração do valor adicionado evidencia o quanto de riqueza uma companhia produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, o quanto dessa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e retida e de que forma”.

A base legal para a demonstração do valor adicionado segundo Marion (2012) é a Lei nº 11.638/07 onde introduziu para todas as companhias abertas a obrigação da elaboração e divulgação da DVA. Conforme a sua importância, a demonstração deveria ser sempre efetuada por todos os interessados, daria maior transparência.

Podemos identificar um modelo de DVA no quadro 06.

Quadro 06. Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado – Modelo Brasileiro.

ITENS	CONTAS
1	RECEITAS Vendas de Mercadorias
2	INSUMOS ADQUIRIDOS Materiais Consumidos Outros Custos de Produtos Energia Serviços de Terceiros Outros
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4	RETENÇÕES Depreciações Amortizações Exaustões
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA Resultado da Equivalência Patrimonial Receitas Financeiras
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5-6)
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO Pessoal e Encargos Impostos, Taxas e Contribuições Juros e Aluguéis Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Lucros Retidos e Prejuízo do Exercício

Fonte: Assaf Neto (2012 p. 108).

A DVA possui vários benefícios, segundo Assaf Neto (2012) essa demonstração, pode ser utilizada como forma de avaliação de desempenho e de acompanhamento de agregação do valor para a sociedade.

2.2.6 NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas segundo Alcantara da Silva (2012) são parte integrante das demonstrações contábeis e devem divulgar as informações necessárias à adequada compreensão dos respectivos demonstrativos.

Segundo Assaf Neto (2012), as notas explicativas são normalmente apresentadas ao final das demonstrações financeiras publicadas, sendo obrigatórias para as companhias abertas. Representam uma complementação das demonstrações contábeis, passando a fazer parte efetiva do conjunto de publicações previstas na lei das sociedades por ações. O autor segue,

Por determinação legal, as notas explicativas devem conter, entre outras indicações: a) Todas as informações adicionais não destacadas nas demonstrações contábeis publicadas, e entidades como importantes para uma melhor avaliação dos resultados; b) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, carteiras de recebíveis e aplicações financeiras, cálculos de depreciação, amortização e exaustão, constituição de provisões para riscos etc.; c) Os investimentos em outras sociedades, quando relevantes; d) Os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, a garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais e contingentes; e) As taxas de juros, datas de vencimentos e as garantias oferecidas nas obrigações de longo prazo; f) O número, espécies e as classes de ações que compõe o capital social da empresa; g) As opções de compra de ações outorgadas e efetuadas no exercício; h) Os ajustes de exercícios anteriores; h) Os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia; (ASSAF NETO, 2012 p. 109).

Marion (2012) cita que no art. 176 da Lei 6.404/76 menciona nove casos que deverão constar em nota explicativa; contudo, podem ocorrer situações que não estão contempladas na referida Lei e que devem ser mencionadas em nota.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PORTUGUESAS

Conforme Oliveira et al. (2010) “as demonstrações financeiras serão elaboradas segundo uma estrutura e conteúdo constante nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro 1 e 2 (NCRF 1 e NCRF 2)”. O autor prossegue citando que as estruturas das demonstrações financeiras do SNC sejam substancialmente diferentes das adoptadas pelo POC, é de realçar a importância dada ao anexo, como espaço privilegiado para uma informação detalhada da razão de ser dos valores constantes nas demonstrações financeiras.

A partir de 1º de janeiro de 2010, com a aplicação da SNC em Portugal, Martins (2011) cita que um conjunto completo de demonstrações financeiras que compreende em:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos Resultados;
- c) Demonstração das Alterações no capital próprio;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- e) Anexos (divulgações de suporte à todas as referidas demonstrações).

2.3.1 BALANÇO

De acordo com Borges et al. (2007), o balanço é um quadro alfanumérico que contém informação reportada a determinada data, acerca dos recursos que a entidade utiliza e da forma como estão a ser financiados pelos titulares da entidade e por terceiros.

O balanço proporciona informação sobre a posição financeira de uma entidade, ele é muito semelhante ao balanço patrimonial demonstrado no Brasil. Uma das diferenças é citada por Encarnação (2009) “o ativo é apresentado por ordem de liquidez crescente e o passivo por ordem de exigibilidade crescente”, ou seja, sua estrutura é inversa a exigida pelo CPC no Brasil.

O quadro 07 apresenta um exemplo de balanço:

Quadro 07: Estrutura básica de um Balanço – Modelo Português.

ATIVO	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO
<p>ATIVO NÃO CORRENTE</p> <p>Ativos fixos tangíveis Propriedades de investimento Goodwill Ativos intangíveis Ativos biológicos Participações financeiras – método da equivalência patrimonial Participações financeiras – outros métodos Acionistas/sócios Outros ativos financeiros Ativos por impostos diferidos</p>	<p>CAPITAL PRÓPRIO</p> <p>Capital realizado Ações (quotas) próprias Outros instrumentos de capital próprio Prêmios de emissão Reservas legais Outras reservas Resultados transitados Ajustamentos em ativos financeiros Excedentes de revalorização Outras variações no capital próprio Resultado líquido do período</p>
<p>ATIVO CORRENTE</p> <p>Inventários Ativos biológicos Clientes Adiantamentos a fornecedores Estado e outros entes públicos Acionistas/sócios Outras contas a receber Diferimentos Ativos financeiros detidos para negociação Outros ativos financeiros Ativos não correntes detidos para venda Caixa e depósitos bancários</p>	<p>PASSIVO NÃO CORRENTE</p> <p>Provisões Financiamentos obtidos Responsabilidade por benefícios pós-emprego Outras contas a pagar</p> <p>PASSIVO CORRENTE</p> <p>Fornecedores Adiantamentos de clientes Estados e outro entes públicos Acionistas/sócios Financiamentos obtidos Outras contas a pagar Outros passivos financeiros Passivos não correntes detidos para a venda</p>
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO

Fonte: Oliveira et al. (2010 p. 110)

Segundo Martins (2011) este novo modelo trouxe algumas alterações no que respeita à forma de organizar as rubricas, isto é, as entidades passam a apresentar os ativos e passivos, separados entre correntes e não correntes.

2.3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para Encarnação (2009) A demonstração dos resultados é composta pelas componentes positivas e negativas do resultado de um intervalo de e permite avaliar o desempenho financeiro da entidade reportado a um determinado período.

A autora prossegue,

O modelo, aprovado pela Portaria n.º 986/2009, apresenta uma forma vertical interligada (de acordo com a natureza dos rendimentos e gastos) e único (aplicável pelas empresas individuais e consolidadas) e ordenado em primeiro lugar pelas componentes positivas e depois pelas negativas do resultado, havendo alguns componentes que sendo de uma determinada natureza acolhem alterações de natureza contrária. Apresenta um conteúdo mínimo, permitindo, contudo, adicionar linhas de itens de acordo com os conceitos de materialidade, fiabilidade e relevância considerados pela entidade. (ENCARNAÇÃO,2009).

Podemos observar uma demonstração do resultado no quadro 08.

Quadro 08: Demonstração do Resultado – Modelo Português.

RENDIMENTOS E GASTOS
(+) Vendas e serviços prestados
(+/-) Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas
(+/-) Variação nos inventários da produção
(-) Custos das mercadorias vendidas
(-) Fornecimentos e serviços externos
(-) Gastos com o pessoal
(+/-) Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)
(+/-) Imparidade de dívidas a receber
(+/-) Aumentos/reduções de justo valor
(+/-) Outros rendimentos ou gastos
= RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS
(+/-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização
(+/-) Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis
= RESULTADO OPERACIONAL
(+) Juros e rendimentos similares obtidos
(-) Juros e gastos similares suportados
= RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS
(+/-) Impostos sobre o rendimento do período
= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Fonte: Oliveira et al. (2010 p. 112)

Por fim Matos (2011) cita “A demonstração dos resultados assume-se como a demonstração financeira que retrata o desempenho financeiro de uma determinada entidade, pois aqui são incluídos os seus rendimentos e gastos. ”

2.3.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Oliveira et al. (2010) citam que este quadro demonstrativo apresenta uma grande novidade em termos de demonstrações financeiras portuguesas. Não tem paralelo em nenhuma demonstração financeira já familiar, ou seja, no âmbito do POC.

Para Borges et al. (2007, p. 35), o resultado extensivo corresponde na prática, ao incremento (positivo ou negativo) do capital próprio da entidade, entendido como a soma do resultado líquido apurado no decurso do período económico, com as variações patrimoniais positivas ou negativas que, não resultem de contribuições ou distribuições com os detentores do capital.

Conforme Matos (2011) as demonstrações das alterações do capital próprio são divididas em dois grupos com características distintas:

- Operações com detentores de capital;
- Operações que derivam, quer do resultado líquido do período quer de outras alterações no capital próprio.

Para Pires e Rodrigues (2015), a obrigatoriedade da elaboração da demonstração das alterações no capital próprio, com o objetivo de demonstrar as alterações que o capital próprio sofreu, fundamentalmente motivadas por transações não relacionadas com os detentores do capital e com a distribuição de resultados, é mais um aspecto a realçar da estrutura de relato introduzida pelo SNC e que vem por em evidência a importância da avaliação da evolução do desempenho económico da empresa e, particularmente, a valorização do capital investido pelos acionistas;

A seguir encontramos um exemplo de demonstração das alterações do capital próprio.

Quadro 09. Demonstração das alterações do Capital Próprio – Modelo Português

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVAS	RESULTADO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização do excedente de revalorização de ativos tangíveis e intangíveis					
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					
<i>Ajustamentos por impostos diferidos</i>					
POSICÃO INICIAL AJUSTADO					
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO					
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO					
Realizações de capital					
Realizações de prémios de emissão					
Distribuições					
Entradas para cobertura de perdas					
Outras operações					
POSICÃO FINAL DO PERÍODO					

Fonte: Oliveira (2010 p. 114)

“...que resulta da agregação direta do resultado líquido do período com todas as variações ocorridas em capitais próprios não diretamente relacionadas com os detentores de capital, agindo enquanto tal” (NCRF 1 parágrafo 41).

Esta demonstração introduz um conceito novo, o de resultado integral que resulta da agregação direta do resultado líquido do período com todas as variações ocorridas em capitais próprios não diretamente relacionadas com os detentores de capital

2.3.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Segundo Oliveira et al. (2010) esta demonstração financeira está contemplada em exclusivo na NCRF 2, que teve por base a Norma Internacional de Contabilidade IAS 7 – Demonstrações de Fluxos de Caixa, adoptada pelo Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão.

Já Matos (2011) cita que a demonstração dos fluxos de caixa engloba dois formatos de apresentação dos fluxos de caixa operacionais:

- Método Direto;
- Método Indireto.

A autora segue, o desdobramento da demonstração dos fluxos de caixa nestes dois formatos é influenciado pelas condições de recolha e classificação desses fluxos pelo sistema de tratamento da informação contabilística da entidade.

Para Martins (2011) a informação disponibilizada pelos fluxos de caixa de uma entidade, quando usada juntamente com outras demonstrações financeiras, proporciona aos gerentes da mesma, uma base para determinar a capacidade da entidade de utilizar os fluxos de caixa. Os proprietários exigem uma avaliação da capacidade de uma entidade em gerar dinheiro e seus equivalentes para poderem tomar as suas decisões económicas.

Nos quadros 10 e 11, encontramos dois exemplos de demonstração dos fluxos de caixa um no método direto e o outro no método indireto.

Quadro 10. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Modelo Português

RUBRICAS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO DIRETO (+) Recebimento de clientes (-) Pagamentos a fornecedores (-) Pagamentos ao pessoal (+/-) Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento (+/-) Outros recebimentos/pagamentos FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Pagamento respeitantes a: (-) Ativos fixos tangíveis (-) Ativos intangíveis (-) Investimentos financeiros (-) Outros ativos Recebimento provenientes de: (+) Ativos fixos tangíveis (+) Ativos intangíveis (+) Investimentos financeiros (+) Outros ativos (+) Subsídios ao investimento (+) Juros e rendimentos similares (+) Dividendos FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Recebimentos provenientes de: (+) Financiamentos obtidos (+) Realizações de capital e de outros investimentos de capital próprio (+) Cobertura de prejuízos (+) Doações (+) Outras operações de financiamento Pagamentos respeitantes a: (-) Financiamento obtidos (-) Juros e gastos similares (-) Dividendo (-) Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio (-) Outras operações de financiamento FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
(+/-) VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO

Fonte: Oliveira et al. (2010 p. 116)

Quadro 11. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Modelo Português

RUBRICAS
<p>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO INDIRETO RESULTADO LÍQUIDO Ajustamentos (+) Depreciações e amortizações (+/-) Imparidades (perdas/reversões) (+/-) Justo valor (+/-) Provisões (+/-) Diferenças de câmbio não realizadas (+/-) Rendimentos/gastos similares (+/-) Alienação de ativos fixos tangíveis (+/-) Outros gastos e rendimentos (+/-) Contas a receber (aumentos/diminuições) (+/-) Gastos diferidos (aumentos/diminuições) (+/-) Contas a pagar (aumentos/diminuições) (+/-) Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições) (+/-) Outros ativos correntes (aumentos/diminuições) (+/-) Outros passivos correntes (aumentos/diminuições) FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</p>
<p>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Pagamento respeitantes a: (-) Ativos fixos tangíveis (-) Ativos intangíveis (-) Investimentos financeiros (-) Outros ativos Recebimento provenientes de: (+) Ativos fixos tangíveis (+) Ativos intangíveis (+) Investimentos financeiros (+) Outros ativos (+) Subsídios ao investimento (+) Juros e rendimentos similares (+) Dividendos FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</p>
<p>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Recebimentos provenientes de: (+) Financiamentos obtidos (+) Realizações de capital e de outros investimentos de capital próprio (+) Cobertura de prejuízos (+) Outras operações de financiamento Pagamentos respeitantes a: (-) Financiamento obtidos (-) Juros e gastos similares (-) Dividendo (-) Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio (-) Outras operações de financiamento FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</p>
(+/-) VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO

Fonte: Oliveira et al. (2010 p. 117)

Para Martins (2011) a grande alteração introduzida pelo SNC relativamente a este modelo, é a obrigação de apresentar os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais pelo método direto.

2.3.5 ANEXOS

Segundo Oliveira et al. (2010 p. 109) o anexo que passa a designar-se como tal, deixa de ser “exclusivo” do balanço e da demonstração dos resultados. Não sendo uma demonstração financeira inteiramente nova, apresenta-se com o mesmo espírito da contida no POC, muito embora com novas notas e uma nova estrutura e sequência das mesmas.

Segundo Matos (2011 p. 51) pode ser dividido em três partes fundamentais:

- Uma qualitativa que envolve a identificação da entidade, o referencial contabilístico adotado e as principais políticas contabilísticas adotadas;
- Discriminações de rubricas do balanço, da demonstração dos resultados, da demonstração das alterações no capital próprio e da demonstração dos fluxos de caixa, previstas nas várias NCRF;

Outras divulgações qualitativas ou exigidas por diplomas legais.

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após a apresentação das demonstrações contábeis, é preciso realizar análises sobre as mesmas, como cita Assaf Neto (2012),

Através das demonstrações contábeis levantadas por uma empresa, podem ser extraídas informações a respeito de sua posição econômica e financeira. Por exemplo, um analista pode obter conclusões sobre a atratividade de investir em ações de determinada companhia; se um crédito solicitado merece ou não ser atendido; se a capacidade de pagamento se encontra numa situação de equilíbrio ou insolvência; se a atividade operacional da empresa oferece uma rentabilidade que satisfaz as expectativas dos proprietários de capital. (ASSAF NETO, 2012 p. 46).

Já para Braga (2012),

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando o conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa (BRAGA, 2012 p. 23).

Para se fazer esse estudo Bazzi (2016), comenta que as análises das demonstrações financeiras se dedicam ao cálculo de índices, de modo a avaliar os desempenhos passado, presente e projetado da empresa, comparando com ela mesma ou com padrões de seus ramos de atuação. Ainda segundo o autor, a análise do desempenho de uma empresa se relaciona de maneira direta com a verificação do cumprimento das obrigações. Essa avaliação, além de ser um excelente procedimento para que consigamos quantificar e qualificar a eficácia e a eficiência das ações empregadas ao longo do período. Para realizarmos essas análises devemos utilizar três pontos de análises fundamentais:

- a) Liquidez: retrata a situação financeira;
- b) Endividamento: retrata a estrutura de capital;
- c) Rentabilidade: retrata a situação econômica.

2.4.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

O primeiro grupo de indicativos a ser utilizado são os índices de liquidez como destaca Assaf Neto (2012 p. 66), “os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiro”.

Já para Bazzi (2016), analisar a liquidez de uma empresa significa verificar a probabilidade de esta honrar seus compromissos em dia. A liquidez de uma empresa é medida em termos de sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo conforme se tornam devidas, ou seja, se a empresa consegue pagar todas as dívidas até a data do vencimento de cada uma delas.

No ponto de vista de Marion (2012), os índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma

apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Bazzi (2016) cita que existem muitas maneiras de calcular a liquidez de uma empresa, mas há quatro índices que são mais utilizados:

- a) Liquidez Imediata;
- b) Liquidez Seca;
- c) Liquidez Corrente;
- d) Liquidez Geral.

2.4.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA

O primeiro indicador desse grupo é a liquidez imediata, segundo Assaf Neto (2012 p. 67) revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente reduzida rentabilidade.

Já Bazzi (2016), cita que a liquidez imediata é obtida a partir da relação entre os ativos disponíveis e o passivo circulante.

A seguir podemos observar a fórmula para calcularmos a liquidez imediata de uma empresa.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para efeito de análise, Marion (2012), “é um índice sem muito realce, pois relacionamos dinheiro disponível com valores, que vencerão em datas as mais variadas possível, embora a curto prazo. Assim, temos contas que vencerão daqui a cinco ou dez dias, como temos também as que vencerão daqui a 360 dias, e que não se relacionam com a disponibilidade imediata”.

2.4.1.2 LIQUIDEZ SECA

O segundo índice é a liquidez seca onde para Assaf Neto (2012), esse quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem pagas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante.

Para Bazzi (2016) esse coeficiente indica a solidez da empresa em relação aos seus compromissos de curto prazo, sem contar com os estoques. Isso possibilita uma visão assertiva da solvência da organização, pois os estoques podem ter giro lento ou estarem obsoletos.

Já Marion (2012) enfatiza que esse índice evidencia caso a empresa sofresse uma total paralisação de suas vendas, ou se seu Estoque se tornasse obsoleto, quais seriam as chances de pagar suas dívidas com disponível e duplicatas a receber.

Abaixo, encontramos a fórmula para a liquidez seca:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques})}{\text{Passivo Circulante}}$$

Alcantara da Silva (2012) chama a atenção que devemos ter conhecimento do negócio da empresa, pois nem sempre um índice de liquidez seca baixo é sintoma de situação financeira apertada. Por exemplo, um supermercado, cujo investimento em estoques é elevadíssimo, em que não há duplicatas a receber, provavelmente apresentará um índice muito baixo.

2.4.1.3 LIQUIDEZ CORRENTE

O terceiro índice é o da liquidez corrente, segundo Bazzi (2016), ela indica a solidez do embasamento financeiro da empresa quanto aos seus compromissos de curto prazo, mostrando quantas vezes os ativos circulantes cobrem os passivos circulantes. Por isso, é importante que o índice seja 1 ou mais.

Marrion (2012), cita,

É importante realçar, nesse momento, alguns aspectos relativos à liquidez corrente: • O primeiro é que o índice não revela a qualidade dos itens no Ativo Circulante (os Estoques estão superavaliados, são obsoletos, os Títulos a Receber são totalmente recebíveis). • O segundo é que o índice não revela a sincronização entre recebimentos e pagamentos, ou seja, por meio dele não identificamos se os recebimentos ocorrerão em tempo para pagar as dívidas vincendas. Assim, em uma Liquidez Corrente igual a 2,5 (aparentemente muito boa), pode a empresa estar em crise de liquidez, pois grande parte dos vencimentos das Obrigações a Curto Prazo concentram-se no próximo mês, enquanto a concentração dos recebimentos ocorrerá dentro de 90 dias. • O terceiro, como um aspecto que contribui para o redimensionamento da Liquidez Corrente, no sentido de elevá-la, é o Estoque estar avaliado a Custos Históricos, sendo que seu valor de mercado está (valor de venda), normalmente, acima do evidenciado no Ativo Circulante. Portanto, a Liquidez Corrente, sob esse enfoque, será sempre mais pessimista do que a realidade, já que os Estoques serão realizados a valores de mercado e não de custo. (MARRION, 2012 p. 47)

A liquidez corrente é calculada através da fórmula abaixo:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para analisarmos esse índice, Assaf Neto (2012 p. 67), comenta a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1 de dívida a curto prazo. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.

2.4.1.4 LIQUIDEZ GERAL

O último índice desse grupo é a liquidez geral, para Assaf Neto (2012 p. 71), esse indicador revela a liquidez, tanto a curto prazo como a longo prazo. O autor continua citando “a liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos”.

Complementa Bazzi (2016), “o índice de liquidez geral mostra a solidez do embasamento financeiro da empresa em longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro em curto e longo prazos e relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida, também em curto e longo prazos. “

Já para Marion (2012) esse índice mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em, relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida.

Podemos verificar como esse índice é calculado na fórmula a seguir.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

Marion (2012) fala também que “se apreciarmos uma série de vários anos, a análise será enriquecida. Se uma empresa apresentar numa série de anos o índice de liquidez geral decrescente, mesmo considerando essas divergências, o indicador se tornará útil, pois podemos depreender a perda paulatina do poder de pagamento geral da empresa.

2.4.2 INDICES DE ENDIVIDAMENTO

Outro grupo de indicadores utilizado para análise, são os Índices de Endividamento, Conforme Bazzi (2016), “a análise do endividamento de uma empresa visa avaliar e revelar qual é o chamado grau de endividamento vigente. Assim, os vários indicadores que são calculados demonstram qual é a política de obtenção de recursos adotados pela empresa, isto é, como a empresa tem financiado seu ativo – com os próprios recursos (patrimônio líquido) ou com capital de terceiros (passivo).

Para complementar Marion (2012), cita que os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Saberemos também se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte a curto prazo (circulante) ou a longo prazo (exigível a longo prazo).

Segundo Bazzi (2016), para operacionalizarmos a análise de estrutura de capitais são empregados alguns indicadores. Verificamos os três principais:

- a) Grau de Endividamento;
- b) Composição do Endividamento;
- c) Endividamento Total.

2.4.2.1 GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Para Alcantara da Silva (2012) o grau de endividamento consiste da relação entre capitais de terceiros, somatório do passivo circulante e exigível a longo prazo, e o capital próprio, patrimônio líquido.

Ou como cita Saporito (2015) este índice expressa a proporção da dívida total de curto e a de longo prazo, comparativamente aos recursos próprios.

A seguir encontramos a fórmula:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Para exemplificar Assaf Neto (2012 p. 77) cita que esse índice mostra quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$1 de capital próprio aplicado. Ou seja, se o quociente for 0,90, significa que, para cada \$1.000 dos acionistas, a empresa assumiu \$900 de dívidas.

2.4.2.2 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O próximo indicador é a composição do endividamento, segundo Alcantara da Silva (2012), através desta análise é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação à dívida total. O estudo deste indicador nos permite visualizar o perfil da dívida da empresa.

Já Bazzi (2016), salienta que a composição do endividamento indica quanto do endividamento total da empresa deverá ser pago em curto espaço de tempo, ou seja, quanto das obrigações de curto prazo da empresa é comparado ao total das obrigações. A fórmula para esse cálculo é a seguinte:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

Bazzi segue, a interpretação básica do índice de composição do endividamento indica que quanto mais dívida a empresa tiver de pagar em curto prazo, maior será a necessidade de ela gerar recursos para honrar seus compromissos assumidos.

Saporito (2015) cita “quanto menor for o resultado do cálculo, mais positiva é a situação da empresa, pois menor será a pressão de curto prazo sobre o caixa da empresa.

2.4.2.3 ENDIVIDAMENTO TOTAL

Para Saporito (2015), “o endividamento total, expressa a proporção entre a dívida total de curto prazo e a de longo prazo, comparativamente aos recursos totais”.

Já Bazzi (2016) indica que o índice de endividamento total tem a finalidade de medir a proporção entre os ativos totais da empresa que é financiada pelos credores.

Por sua vez, Braga (2012) fala que esse quociente serve para indicar o grau de utilização dos capitais obtidos pela empresa.

Esse índice é calculado pela fórmula:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{(\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante})}{(\textit{Ativo Total})}$$

Ao analisar a fórmula, Bazzi cita que o endividamento total nos permite, de certa maneira, avaliar o risco da empresa, seja por meio da análise “quanto menor, melhor” ou “quanto maior, pior”.

2.4.3 INDICES DE RENTABILIDADE

O último grupo de indicadores, analisam o resultado da empresa, Bazzi (2016), comenta que a análise da rentabilidade das demonstrações contábeis nos mostra qual é a rentabilidade que a empresa tem do capital investido ao longo dos períodos analisados, isto é, qual o rendimento dos investimentos realizados e o grau de eficácia econômica da empresa.

Para Alcantara da Silva (2012) é possível avaliar o desempenho global de um empreendimento através do estudo das taxas de retorno esta análise busca a identificação sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre

as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas sobretudo, da lucratividade do negócio. As principais são:

- a) Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido;
- b) Taxa de Retorno sobre o Ativo;
- c) Margem Líquida;
- d) Giro do Ativo.

2.4.3.1 TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido segundo Bazzi (2016), representa diretamente quanto a empresa conseguiu gerar de lucro líquido em relação ao total do capital próprio que foi investido em sua operação.

Na mesma linha Alcantara da Silva (2012) cita que este indicador apresenta o retorno que os acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa.

A fórmula é:

$$\text{Retorno sobre o PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Perez Junior e Begalli (2015) citam que esse indicador demonstra o rendimento do capital investido na empresa por seus sócios. Por exemplo, RPL igual a 0,8 indica que cada R\$ 1,00 de Patrimônio Líquido teve R\$ 0,80 de retorno, ou seja, 80%. O autor prossegue, “O índice satisfatório dependerá da expectativa do investidor e da média do setor”.

2.4.3.2 TAXA DE RETORNO SOBRE O ATIVO

Segundo Alcantara da Silva (2012) este indicador tem por objetivo medir a eficiência global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos totais.

Já para Bazzi (2016), esse indicador tem por objetivo medir a eficiência global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos

totais, ou seja, o retorno sobre o ativo, é o índice que busca representar a conexão existente entre o resultado da empresa em relação ao volume dos recursos que nela foram investidos pelos sócios, ou financiada por terceiros.

O cálculo é dado pela fórmula:

$$\text{Retorno sobre o Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Para Perez Junior e Begalli (2015) esse indicador mostra a rentabilidade do total de recursos administrados pela empresa. Quanto maior, melhor

2.4.3.3 MARGEM LÍQUIDA

Esse indicador utiliza informações somente da demonstração do resultado do exercício. Alcantara da Silva (2012) explica que este índice compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, apresentando o percentual de lucratividade gerado.

Já para Bazzi (2016), a margem de lucro líquida mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas remanescentes após a dedução de todos os custos e despesas, inclusive juros, impostos e dividendos de ações preferenciais.

A fórmula é:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$$

2.4.3.4 GIRO DO ATIVO

Para se analisar o Ativo com as receitas do período, utiliza-se o Giro do Ativo, Alcantara da Silva (2012 p. 101) enfatiza que este indicador estabelece a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, expressando a produtividade dos investimentos totais.

Para Bazzi (2016 p. 55) o índice do giro do ativo pode indicar quantas vezes o ativo se renova em relação às vendas da empresa. Ele pode, ainda, ser detalhado

em razão de outros subcomponentes do ativo, isto é, o ativo circulante ou o não circulante.

A análise desse indicador é dada pela fórmula:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

Esse índice, segundo Perez Junior e Begalli (2015), em complemento com o índice margem líquida, permite analisar a característica do resultado da empresa (margem x giro).

2.5 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Segundo o especialista em fundo imobiliários, Marcos Baroni (2015), a instituição financeira é uma organização cuja finalidade é otimizar a alocação de capitais financeiros próprios e de terceiros, obedecendo uma correlação de risco, custo e prazo que atenda aos objetivos dos seus patrocinadores incluindo pessoas físicas e jurídicas.

Como citam Arruda et al. (2015 p. 09), “o ambiente financeiro tem uma organização formal na grande maioria dos países, denominada sistema financeiro ou mercado financeiro. Com algumas variações, constitui-se de órgãos reguladores e órgãos executores. Estes podem ser públicos ou privados, e aqueles são públicos, com maior ou menor autonomia, de acordo com a legislação e a orientação política dos países. ”

No mercado financeiro segundo Carneiro, Salgado Junior e Macoris (2016) compra-se e vende-se dinheiro, e também alguns tipos de papéis, que podem ser facilmente convertidos em dinheiro neste mesmo mercado. Um dos papéis mais conhecidos são as ações, que são ofertadas pelas sociedades anônimas de capital aberto e compradas por investidores.

Para melhor entendimento, Martins e Lopes (2005) comentam que no mercado financeiro há o intermédio de recursos entre aqueles agentes superavitários (poupadores) para aqueles agentes que necessitam de recursos para financiar seu consumo ou projetos de investimentos (agentes deficitários). Para que os recursos sejam alocados nas melhores oportunidades de investimento, são

necessárias informações prévias sobre os agentes que o poupador pretende financiar, ou seja, os agentes nos quais ele pretende investir.

A atividade de intermediação financeira, segundo Assaf Neto (2012 p. 223), é realizada por instituições financeiras, que são classificadas como:

- Bancos Comerciais;
- Bancos de Desenvolvimento;
- Bancos Múltiplos;
- Cooperativas de Crédito;
- Bancos de Investimentos;
- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento;
- Sociedades de Crédito Imobiliário;
- Agências de Fomento.

Por fim Baroni (2019) cita “as instituições financeiras permitem refletir a viabilidade da sua utilização como meio de alcançar maiores resultados através da melhoria de processos neste setor. Ou seja, uma instituição financeira tem total relevância para a economia e para os objetivos financeiros de um indivíduo ou uma organização”.

2.5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) é responsável pela regulamentação dos critérios, procedimentos contábeis, estrutura de contas e documentos, a serem utilizados por instituições financeiras e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Segundo Assaf Neto (2012 p. 231), o exercício social das instituições financeiras tem duração de 1 ano, devendo obrigatoriamente encerrar-se em 31 de dezembro. Ainda segundo o autor, uma instituição financeira deve observar alguns princípios fundamentais da Contabilidade, além das normas impostas pela Cosif:

- a. uso de métodos e critérios contábeis uniformes no tempo. Qualquer alteração relevante nos procedimentos deve ser registrada em notas explicativas;
- b. respeito pleno ao regime de competência no registro contábil das receitas e despesas;
- c. definição de um período fixo para a apuração dos resultados;
- d. independentemente da periodicidade em que os resultados são apurados, proceder à apropriação mensal de seus valores.

A seguir podemos observar um modelo de balanço patrimonial e demonstração do resultado utilizado pelas instituições financeiras:

Quadro 12. Balanço Patrimonial – Instituições financeiras

ATIVO	PASSIVO E PL
ATIVO CIRCULANTE Disponibilidades Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários Relações interfinanceiras Relações interdependências Operações de crédito Operações de arrendamento mercantil Outros créditos Outros valores e bens ATIVO NÃO CIRCULANTE Realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado Intangível TOTAL DO ATIVO	PASSIVO CIRCULANTE Depósitos Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Relações interfinanceiras Relações interdependências Obrigações por empréstimos Obrigações por repasses no país Obrigações por repasses no exterior Instrumentos financeiros derivativos Outras obrigações PASSIVO NÃO CIRCULANTE Exigível a longo prazo PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Cosif - www.bcb.gov.br

Quadro 13. Demonstração do Resultado – Instituições Financeiras

(+) RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA Operações de Crédito Operações de Arrendamento Mercantil Resultado de Instrumentos Financeiros Derivados Resultado de Operações de Câmbio (-) DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA Operações de Captação no Mercado Operações de Empréstimos e Repasses Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
(=) RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS Receitas de Prestação de Serviços Despesas de Pessoal Despesas Administrativas e Tributárias Outras Receitas/Despesas Operacionais
(=) RESULTADO OPERACIONAL
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Participações no lucro
(=) LUCRO LÍQUIDO

Fonte: Cosif www.bcb.gov.br.

As estruturas são idênticas às demonstrações contábeis elaboradas por outros segmentos empresariais, pois a demonstração do resultado e o balanço retratam a o faturamento e a posição dos ativos, passivos e do patrimônio líquido em determinado momento do ano, respectivamente.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, será realizada uma pesquisa documental, onde, através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, buscar-se evidenciar os diversos aspectos que devem ser considerados na análise dos índices econômico-financeiros em instituições financeiras, será usado como estudo empresas situadas no Brasil e em Portugal visando aplicar de forma prática os conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica.

Em relação à pesquisa documental, Oliveira (2007) cita que a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

Já para Gil (2017) a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais principalmente no campo da história e da economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa, onde será coletado dados das instituições que serão usadas como base para estudo, ou seja, será apurada as demonstrações financeiras brasileiras e portuguesas.

Segundo Rodrigues (2015) a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados. Ela busca uma evidência conclusiva, que toma por base amostras grandes e representativas e, de alguma forma, aplica análise estatística. As descobertas da pesquisa quantitativa podem ser tratadas como conclusivas e utilizadas para recomendar um curso de ação final.

Para Fonseca (2002) a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida

com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Já em relação aos objetivos, será utilizada uma pesquisa descritiva, pois serve para descrever fatos de um fenômeno. Para se chegar aos objetivos desse trabalho será a aplicação dos índices financeiros nas demonstrações financeiras coletadas e posteriormente análise dos resultados encontrados.

Segundo Gil (2017) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Já para Manzato e Santos (2012) a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. Para viabilizar essa importante operação da coleta de dado, são utilizados, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

- Pesquisa das demonstrações financeiras de instituições financeiras do Brasil e Portugal;
- Adaptar as demonstrações contábeis portuguesas para possibilitar a comparação.
- Tabulação das demonstrações financeiras utilizando o excel.
- Aplicação dos índices econômico-financeiros utilizando o excel.
- Análise dos dados levantados utilizando o embasamento teórico, alinhado ao objetivo e a questão de pesquisa.

4 ESTUDO

4.1 APRESENTAÇÃO

As instituições financeiras possuem uma função muito importante para o desenvolvimento de uma nação. São elas que fazem a intermediação do mercado financeiro, ou seja, fazem a ligação entre os indivíduos com excesso de dinheiro (agentes superavitários) com aqueles que precisam de dinheiro (agentes deficitários), que precisam de dinheiro para realizar suas atividades econômicas.

Segundo o Banco Central, no Brasil, os bancos são divididos em diversas categorias, cada um, com uma atividade mais específica, voltada para um determinado grupo de pessoas. Entre eles, pode-se citar:

- Bancos de Investimentos: Sua principal atividade é captar recursos através de depósitos a prazo, como CDBs, LCIs.
- Bancos Comerciais: O mais conhecido pelas pessoas, são utilizados praticamente todos os dias para serviços bancários ou movimentações financeiras. Sua captação se baseia em depósitos a vista (contas correntes). Eles podem ser públicos, pertencentes ao Estado, ou privados.
- Bancos de Desenvolvimento: São instituições controladas pelo governo, que buscam apoiar com seus recursos para o financiamento de programas e projetos que visam o desenvolvimento social e econômico da população.
- Bancos Múltiplos: Conhecidos por atuar em diversos segmentos do mercado financeiro, sendo de investimento, comercial, crédito, arrendamento mercantil e financiamentos.

Além do BACEN, o CMN (Conselho Monetário Nacional), o BACEN (Banco Central), o CVM (Comissão de Valores Monetários) e a B3, que é bolsa de valores oficial do Brasil, são órgãos responsáveis por regulamentar o Sistema Nacional financeiro.

Em Portugal, o Banco de Portugal, fundado a partir da fusão do Banco de Lisboa e a Companhia Confiança Nacional, é responsável pela emissão de notas denominadas moeda nacional. Compete a ele, a supervisão prudencial das instituições de crédito e das sociedades financeiras. (Banco de Portugal, 2019).

A organização tem duas missões fundamentais: a manutenção de estabilidade dos preços e a promoção da estabilidade do sistema financeiro. É o banco central da República Portuguesa, é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio. (Banco de Portugal, 2019).

4.1.1 Situação Econômica no Brasil

O Brasil vem passando por um período de turbulências no setor econômico, mas apresentou pequenas melhoras no último ano. Muito devido a escândalos políticos, com desvio de dinheiro e obras superfaturadas e até mesmo por tragédias ambientais e tudo isso levou com que brasileiros e estrangeiros ficassem com um pé atrás em investir por aqui.

Por exemplo no ano de 2016, o Produto Interno Bruto Real era de R\$ 3,97 trilhões, representando uma queda aproximada de 3,30% em relação ao ano anterior. Grande parte representado pelas prestações de serviços. Já o PIB per capita, que divide a soma total dos bens e serviços produzido no ano com o total de habitantes apresentou um valor de R\$ 19.285,45/hab.

Em 2017 o PIB Real apresentou uma leve melhora de 1,06% passando para R\$ 4,02 trilhões, conseqüentemente cada habitante gerava R\$ 19.333,94 de ganhos, um aumento de 0,25%. No ano de 2018, o PIB per capita foi de R\$ 19.397,37/hab., sendo que o valor total gerado pelo país foi de R\$ 4,06 trilhões.

Segundo economistas, a tendência de pouca melhora em ambos os dados será mantida para 2019, estimativas apontam que o PIB terá um crescimento de 0,46% até o fim do ano, representando um valor de R\$ 4,1 trilhões e o per capita ficar próximo de R\$ 19.499,15 por habitante brasileiro.

A inflação por sua vez, apresentou reduções nas taxas efetivas, onde que 2015 apresentava um IPCA de 10,67%, o mais alto nos últimos 15 anos, passou para 6,29% em 2016. Para o ano seguinte a inflação apresenta foi ainda menor, 2,95%. No final de 2018, essa taxa começou a subir, ficando em 3,75%.

4.1.2 Situação Econômica em Portugal

Apesar de passar por um período de dificuldades, nos últimos anos os países da União Europeia apresentaram melhoras na economia. Em Portugal isso não foi diferente, em 2016 o PIB era €\$ 186.481 milhões, crescendo cerca de 3,5%, sendo que o índice per capita era de €\$ 18.100 por habitante do país.

No ano seguinte a produção bruta alcançou €\$ 195.947 milhões representando €\$ 19.000/hab. Já para 2018, o Produto Interno Bruto anual fechou em €\$ 203.896 milhões e o per capita €\$ 19.830, um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior.

Em Portugal, a inflação é bem abaixo do que a brasileira, por exemplo, no ano de 2016 a taxa foi de 0,88%, tendo sofrido um aumento no ano de 2017, indo para 1,47%. Mas para o ano de 2018, essa taxa efetiva, voltou a cair, encerrando o período em 0,66%.

Essa modesta taxa de inflação tende a se manter em 2019, pois segundo a rádio de notícias TSF, Portugal vem apresentando as mais baixas taxas de inflação de todos os países pertencentes à União Europeia nos últimos meses, sendo a média até setembro do mesmo estar em 0,37%.

4.1.3 AMOSTRA

Para o presente estudo serão utilizadas 6 instituições financeiras que fazem a intermediação de dinheiro, sendo três bancos brasileiros, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco. E três portugueses, Banco BPI, Millennium BCP e Banco Carregosa. Serão coletadas as principais demonstrações financeiras dos últimos três anos, para posteriormente a aplicação do índices econômico-financeiros e por fim, a devida análise de cada indicador e comparação entre os dois países.

4.2 APRESENTAÇÃO DE DADOS DAS EMPRESAS E RESULTADOS

4.2.1 BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil é constituído por uma sociedade de economia mista, ou seja, parte do capital é de domínio privado e a outra parte de domínio público, cerca de 54% das ações pertence ao governo federal. Hoje é um dos cinco principais bancos no território brasileiro e possui 5.429 agências, em quase todas as cidades brasileiras, tendo quase 115 mil funcionários. (Banco do Brasil, 2019).

Atualmente ocupa posição de destaque no sistema financeiro nacional, sendo o segundo em ativos financeiros (R\$ 1,5 trilhões), volume de depósitos totais (464 bilhões de reais), carteira de crédito (717 bilhões de reais), base de clientes pessoas total (62 milhões, clientes PF e PJ), câmbio exportação (28,1% do mercado), administração de recursos de terceiros (603 bilhões de reais, o maior da América Latina) e faturamento de cartão de crédito (12,3% do mercado). (Banco do Brasil, 2019).

Sua missão, segundo sua filosofia corporativa, é "ser um banco de mercado, competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto à sociedade". O primeiro Banco do Brasil, fundado em 1808, também foi o primeiro banco da história de Portugal e do Império Português, ele faliu depois que a Família Real confiscou os fundos e voltou para Portugal, foi liquidado em 1829. O Segundo Banco do Brasil (atual) foi fundado pelo Barão de Mauá, em 1851. (Banco do Brasil, 2019).

4.2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme a lei 4.720, de 30 de maio de 2019, todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco central devem elaborar e divulgar, obrigatoriamente, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social e semestral, relativos aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro. Os quadros 14 e 15, apresenta as contas mais relevantes de cada demonstração dos últimos três anos.

Quadro 14. Balanço Patrimonial – Banco do Brasil

<i>Valores em milhares de reais</i>			
	2018	2017	2016
ATIVO TOTAL	1.417.434.155	1.367.922.567	1.403.675.567
ATIVO CIRCULANTE	832.829.916	768.478.555	809.032.763
ATIVO NÃO CIRCULANTE	584.604.239	599.444.012	594.642.804
PASSIVO + PL	1.417.434.155	1.367.922.567	1.403.675.567
PASSIVO CIRCULANTE	1.043.060.111	1.007.450.565	1.007.707.167
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	274.257.875	264.304.043	311.165.423
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.116.169	96.167.959	84.802.977

Fonte: Adaptado de www.bb.com.br

Quadro 15. Demonstração do Resultado – Banco do Brasil

<i>Valores em milhares de reais</i>			
	2018	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.526.054	30.397.748	34.091.570
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	(11.473.844)	(14.819.852)	(21.274.936)
LUCRO LÍQUIDO	12.862.026	11.010.776	8.033.556

Fonte: Adaptado de www.bb.com.br

A partir das demonstrações apresentadas, percebe-se que os recursos disponíveis no ativo total reduziram no ano de 2017 em comparação a 2016. Já no ano de 2018, as aplicações e captações de recursos começaram a crescer novamente.

Os números apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício evidenciam uma queda no faturamento, em contrapartida o lucro líquido cresceu em cada mudança de exercício, isso se deve a redução das despesas operacionais, que apresentaram uma queda de 30,34% de 2016 para 2017 e 22,58% de 2017 para o último ano. Ou seja, mesmo reduzindo o seu faturamento, a instituição financeira apresentou resultados líquidos positivos nos exercícios.

4.2.1.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DOS ÍNDICES

4.2.1.2.1 INDICES DE LIQUIDEZ

Após a coleta das informações dos últimos três anos através das demonstrações financeiras, foi aplicado os índices de liquidez, como pode-se ver no quadro 16.

Quadro 16. Índices de Liquidez – Banco do Brasil

	2018	2017	2016
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,0131	0,0134	0,0129
LIQUIDEZ SECA	0,7980	0,7624	0,8025
LIQUIDEZ CORRENTE	0,7984	0,7628	0,8028
LIQUIDEZ GERAL	1,0503	1,0481	1,0424

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Com base nos resultados apresentados, nota-se que todos os índices de liquidez tiveram pequenas variações. Por exemplo, a liquidez imediata passou por uma pequena melhora de 3,88% de 2016 para 2017, mas em 2018 a queda foi de 2,24%, ou seja, o banco possui apenas 1,31% recursos disponíveis em relação ao total de obrigações em curto prazo.

Já os índices de liquidez corrente, que confronta os valores em curto prazo, e liquidez seca, que desconsidera o valor dos estoques tiveram resultados parecidos, pois o valor que a instituição possui em estoques é pequena. Nos dois índices, a mudança de 2016 para 2017 tiveram uma queda de aproximadamente 5%. Para o ano de 2018, ambos apresentaram um aumento de 4,67%.

Por fim, a liquidez geral, que compara os ativos a curto e realizável a longo prazo com os passivos de curto e longo prazo, os resultados aumentaram nos três períodos. No segundo ano o aumento foi de 0,55% e no terceiro de 0,21%. Esse índice apresenta um resultado positivo, pois a empresa possui valores suficientes para sanar todas as suas obrigações com recursos de curto e longo prazo.

Com relação e estes indicadores, nota-se que a empresa teria dificuldades em sanar todas suas dívidas de curto prazo apenas com os recursos de curto prazo.

Ela dependeria de recursos de longo prazo para quita-las ou contar com futuros ingressos de recursos.

4.2.1.2.2 INDICES DE ENDIVIDAMENTO

Com os dados apresentados é possível mensurar como está o endividamento da empresa através dos índices de endividamento que estão apresentados no quadro 17.

Quadro 17. Índices de Endividamento – Banco do Brasil

	2018	2017	2016
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	1316%	1322%	1555%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -CP	79,18%	79,22%	76,41%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -LP	20,82%	20,78%	23,59%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	92,94%	92,97%	93,96%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Com relação aos resultados apresentados na tabela 17, nota-se que a instituição possui elevados índices de endividamento. Inicialmente o grau de endividamento, mostra que para cada R\$1,00 de capital próprio, a empresa tomou R\$13,16 de capitais de terceiros. Esse índice teve uma melhora, já que em 2016 e 2017 o indicador era de 1555% e 1322%, respectivamente.

Em referência aos capitais de terceiros, os resultados demonstram que a maior parte está concentrada em curto prazo e a cada ano foi aumentando. Em 2016 representava 76,41%, 79,22% em 2017 e 79,18% no último ano.

Finalmente, o endividamento total teve uma melhora com o passar dos anos, sendo inicialmente de 93,96%, passou para 92,97% e por fim 92,94%. Isso significa que os ativos estão financiados principalmente por terceiros, pois esse indicador faz a relação entre o capital de terceiros com o ativo do total da instituição.

4.2.1.2.3 INDICES DE RENTABILIDADE

Por fim, os índices de rentabilidade apresentados no quadro 18, mostra a relação entre os resultados com a obtenção e aplicação de recursos que o banco utiliza.

Quadro 18. Índices de Rentabilidade – Banco do Brasil

	2018	2017	2016
RETORNO SOBRE O PL	12,85%	11,45%	9,47%
RETORNO SOBRE O ATIVO	0,91%	0,80%	0,57%
MARGEM LÍQUIDA	43,56%	36,22%	23,56%
GIRO DO ATIVO	2,08%	2,22%	2,43%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A taxa e retorno sobre o patrimônio líquido, que estabelece a relação do resultado do exercício com o capital próprio, melhorou ao longo dos três anos. Em 2016 o lucro foi de R\$ 8,03 bilhões representou um retorno de 9,47%. Já em 2017 o resultado foi de R\$ 11.01 bilhões, caracterizou um retorno de 11,45% e em 2018 o retorno foi de 12,85% sobre um resultado de R\$ 12,9 bilhões.

Com base nos resultados acima citados, o retorno sobre o ativo da empresa, foi de 0,57%, 0,80%, 0,91% nos três anos analisados. Pode-se observar que o resultado teve uma melhora, mas está muito abaixo do ideal, pois em se a empresa manter esse mesmo lucro, precisará em 2018 de quase 110 anos para que o resultado se equivalha ao valor total em investido.

Já na relação entre o resultado líquido com o resultado do faturamento líquido da instituição, os resultados tiveram melhoras significativas. Em 2016 o lucro representava 23,56% da receita líquida, passou para 36,22% em 2017 e 43,56% no ano seguinte. Essa melhora se deve principalmente pela redução das despesas operacionais que era de R\$21.274.936, passando para R\$14.819.852 e por fim, R\$11.473.844.

Por último, o giro do ativo teve uma modesta queda dos resultados, isso devido à diminuição do faturamento líquido do passar de cada ano, que foi de R\$ 34.091.570 em 2016, R\$ 30.397.748 em 2017 e em 2018, R\$ 29.526.054. Os resultados dos indicadores foram 2,43%, 2,22% e 2,08%.

4.2.2 ITAÚ UNIBANCO

Segundo Nunes, Serra e Ferreira (2011), o Banco Itaú iniciou em 1945, sob o nome de Banco Central de Crédito e depois mudou seu nome para Banco Federal de Crédito. Em 1964, o Banco Federal Itaú SA fundiu o Banco Federal de Crédito e o Banco Itaú, um banco rural pertencente a um grupo originário do Itaú de Minas, no interior de Minas Gerais final da década, o Banco Itaú adquiriu o Banco Sul Americano (1966) e o Banco da América (1969).

Após uma série de fusões e aquisições e mudanças de nome ao longo de sua existência, em 2008 passou a denominar-se Banco Itaú Unibanco S.A. A fusão do Itaú e Unibanco fez de 2008 um marco na história do mercado financeiro nacional.

A partir da fusão do Banco Itaú com a Unibanco no ano de 2008, é o maior banco privado do Brasil e conta com mais de 90 mil funcionários, 90 milhões de clientes e 95 mil acionistas. Suas ações estão listadas na B3 e na NYSE (New York Stock Exchange) em Nova Iorque. (G1, 2018).

4.2.2.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dado a lei 4720/19 a instituição apresentou as seguintes demonstrações financeiras dos exercícios de 2016 a 2018 resumidos pelas principais contas no quadro 19.

Quadro 19. Balanço Patrimonial – Itaú Unibanco

	<i>Valores em milhões de reais</i>		
	2018	2017	2016
ATIVO TOTAL	1.649.613.394	1.503.503.484	1.427.084.224
ATIVO CIRCULANTE	1.209.421.782	1.089.698.982	1.003.649.930
ATIVO NÃO CIRCULANTE	440.191.612	413.399.521	423.434.294
PASSIVO + PL	1.649.613.394	1.503.503.484	1.427.084.224
PASSIVO CIRCULANTE	901.809.366	793.758.946	750.149.557
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	601.055.406	568.373.734	547.673.346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.748.622	141.370.804	129.264.321

Fonte: Adaptado do site www.itaubank.com.br

Quadro 20. Demonstração do Resultado – Itaú Unibanco

<i>Valores em milhões de reais</i>			
	2018	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.715.486	49.876.055	52.751.417
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	(16.171.139)	(16.970.081)	(19.914.343)
LUCRO LÍQUIDO	24.977.422	23.964.551	21.639.125

Fonte: Adaptado do site www.itaubanco.com.br

Analisando as demonstrações, verifica-se que os ativos da instituição apresentaram um crescimento ao longo dos três anos, sendo a maioria desses recursos aplicados em curto prazo. A grande parte dessas aplicações são oriundos de capitais de terceiros, por apresentarem percentuais em torno de 90%. Por sua vez, a demonstração do resultado apresentou uma queda no faturamento líquido, porém o lucro final cresceu, muito devido à queda das despesas operacionais de cada período.

4.2.2.2 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DOS INDICES

4.2.2.2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Analisando as demonstrações contábeis da instituição Itaú Unibanco, foi possível calcular os índices de liquidez, que estão descritos no quadro 21.

Quadro 21. Índices de Liquidez – Itaú Unibanco

	2018	2017	2016
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,0212	0,0236	0,0247
LIQUIDEZ SECA	1,2583	1,2685	1,2360
LIQUIDEZ CORRENTE	1,3411	1,3728	1,3379
LIQUIDEZ GERAL	1,0748	1,0830	1,0777

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Avaliando os resultados encontrados, identifica-se que todos os índices tiveram variações ao longo dos anos analisados, tanto positivos como negativos.

Individualmente, a liquidez imediata teve uma queda no período, saindo de 0,0247% em 2016 e indo para 0,0212% em 2018. Essa diminuição se concedeu devido a empresa ter diminuído seus valores em disponíveis.

Com a liquidez seca, as alterações foram de crescimento e redução, pois em 2016 o resultado era de 1,2360 e apresentou aumento para 1,2685 em 2017. Logo, em 2018 esse indicador teve uma leve queda, fechando em 1,2583, devido a empresa ter aumentado seus valores em estoques.

A liquidez corrente sofreu uma melhora de 2016 para 2017, porém em 2018 apresentou uma queda, mas com valores dentro do ideal, pois para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, a empresa possuía R\$ 1,33 em 2016, R\$ 1,37 em 2017 e por fim, R\$ 1,34 em 2018, ou seja, não iria precisar utilizar os seus recursos de curto prazo para quitar as dívidas do mesmo tempo

O último indicador é a liquidez geral, que apesar da queda em 2018, apresenta bons números, pois possui valores suficientes disponíveis para quitar suas dívidas sem utilizar os valores de imobilizado e intangíveis. Os valores apresentados foram 1,0777 em 2016, 1,0830 no ano seguinte e 1,0748 em 2018.

4.2.2.2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento apresentaram várias oscilações durante o período analisado. Veja no quadro 22.

Quadro 22. Índices de Endividamento – Itaú Unibanco

	2018	2017	2016
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	1024%	964%	1004%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CP	60,01%	58,27%	57,80%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -LP	39,99%	41,73%	42,20%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	91,10%	90,60%	90,94%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O grau de endividamento da empresa apresenta elevados números, pois cada R\$ 1,00 de capital aplicado pelos acionistas, a empresa tomou R\$ 10,24 de dívidas com terceiros em 2018. Esse valor de empréstimos era de R\$ 9,64 em 2017 e R\$ 10,04 em 2016.

O Itaú utiliza a maior parte de recursos de terceiros em curto prazo, os valores variam entre 57,80% e 60,01%. Esses elevados valores, indica que a empresa terá maior necessidade em gerar elevados lucros para honrar com esses compromissos.

O endividamento total sofreu uma melhora de 2016 para 2017, saiu de 90,94% foi para 90,60%, ou seja, do ativo total da empresa, cerca de 90% é financiado por terceiros. Em 2018 este índice subiu para 91,31%.

4.2.2.2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Por fim, aplicou-se os indicadores de rentabilidade, que analisam e fazem relação entre o resultado do período com o capital investido.

Quadro 23. Índices de Rentabilidade – Itaú Unibanco

	2018	2017	2016
RETORNO SOBRE O PL	17,02%	16,95%	16,74%
RETORNO SOBRE O ATIVO	1,51%	1,59%	1,52%
MARGEM LÍQUIDA	52,35%	48,05%	41,02%
GIRO DO ATIVO	2,89%	3,32%	3,70%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, representa quanto a empresa conseguiu gerar de lucro em relação ao capital próprio. Inicialmente em 2016, a taxa de retorno foi de 16,74%, em 2017 subiu para 16,95% e manteve o crescimento no ano seguinte fechando em 17,02%, o maior resultado dentre os três anos analisados.

O TRI como é conhecido o retorno sobre o ativo também teve oscilações como a taxa de retorno sobre o patrimônio, mas manteve índices bem próximos. Começou com 1,62%, subiu para 1,59% e em 2018 apresentou uma nova queda resultando de 1,51%.

Verificando a margem líquida do banco, observa-se que os índices são bons pois apresentam crescimento e ficam entre 41% e 52%, ou seja, do faturamento líquido de 2016 41,02% se tornou lucro. Em 2017 o lucro representou 48,05% do resultado líquido, já para 2018, o indicador apresentou um valor de 52,35%.

4.2.3 BRADESCO

Já no início de suas atividades buscou inovar, enquanto os demais bancos buscavam focar nos grandes proprietários de terras, o Bradesco, buscou atender pessoas de camadas menores, como pequenos comerciantes e funcionários públicos. Estimulou o uso de cheques aos seus clientes. (Bradesco, 2019)

Quando fundado em 1943 na cidade de Marília - SP, se chamava Banco Brasileiro de Descontos, a partir das siglas, passou a se chamar Bradesco. Ao longo da história, a instituição comprou e realizou parcerias com outras instituições, buscando elevar cada vez mais seus rendimentos. Apesar de ter sido fundado no interior de São Paulo, realizou parcerias com bancos de outros estados, como no Paraná, em 1951 com o Banco Lavoura, que posteriormente ia ser adquirido pelo Bradesco, no Rio Grande do Sul, quando adquiriu o Banco Porto-Alegrense. (Bradesco, 2019).

Com diversas aquisições, se tornou um dos principais bancos brasileiros e em 2010 foi o primeiro banco privado a estar presente em todas os municípios do Brasil, com pelos menos uma agência ou posto de atendimento.

4.2.3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Também atendendo a lei 4.720 de 2019, a instituição publicou os seguintes resultados nos últimos três anos.

Quadro 24. Balanço Patrimonial – Bradesco

	Valores em milhares de reais		
	2018	2017	2016
ATIVO TOTAL	1.305.543.714	1.224.353.440	1.192.029.656
ATIVO CIRCULANTE	778.100.309	760.106.491	649.941.730
ATIVO NÃO CIRCULANTE	527.443.405	464.249.949	542.087.926
PASSIVO + PL	1.305.543.714	1.224.353.440	1.192.029.656
PASSIVO CIRCULANTE	818.415.365	701.083.194	702.841.461
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	362.452.229	405.576.542	383.708.988
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.676.120	117.693.704	105.479.207

Fonte: Adaptado do site: <https://banco.bradesco>

Quadro 25. Demonstração do Resultado - Bradesco

<i>Valores em milhares de reais</i>			
	2018	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	88.790.748	91.193.634	96.371.930
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	(71.029.108)	(69.168.486)	(66.166.199)
LUCRO LÍQUIDO	16.748.439	17.314.603	17.992.726

Fonte: Adaptado do site: <https://banco.bradesco>

Tendo como base as demonstrações publicadas pela instituição, verifica-se que a empresa manteve um pequeno aumento nos valores dos ativos durante os três anos. Outra mudança observada, foi que em 2018, seu passivo circulante teve um elevado aumento. Na demonstração do resultado, a empresa apresentou uma queda na receita líquida e conseqüentemente no lucro líquido final, muito devido ao aumento das despesas operacionais do período.

4.2.3.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES

4.2.3.2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Após a coleta das informações das demonstrações, foi possível a aplicar os índices de liquidez, representados no quadro 26.

Quadro 26. Índices de Liquidez - Bradesco

	2018	2017	2016
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,1310	0,1166	0,1032
LIQUIDEZ SECA	0,7789	1,0842	0,9247
LIQUIDEZ CORRENTE	0,9507	1,0903	0,9533
LIQUIDEZ GERAL	1,0702	1,0293	1,0235

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Todos os índices sofreram mudanças ao longo do período, por exemplo o índice de liquidez imediata, teve uma melhora, saindo de 0,1032 em 2016, passando para 0,1166 em 2017, terminando em 0,1310 em 2018. Isso ocorreu devido ao aumento de valores disponíveis em caixa e equivalentes.

O indicador de liquidez seca, que desconsidera os valores em estoque, mostrou um aumento de 2016 para 2017. Já em 2018, o resultado diminuiu para 0,7789, ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigação em curto prazo, a empresa possui R\$ 0,77 de valores a curto prazo (sem os valores de estoques) para saná-las.

O mesmo ocorreu com a liquidez corrente, que busca compara o curto prazo tanto de ativos como de passivos, que em 2016 apresentava um índice de 0,9533, passou para 1,0903 em 2017 e terminou o período analisado com uma queda para 0,9507.

Por fim, a liquidez geral da empresa manteve um crescimento no triênio, saindo de 1,0235, para 1,0293 e 1,0702 no último ano. Isso significa que a empresa possui valores em curto e longo prazo para quitar as dívidas curto e longo prazo.

4.2.3.2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Com a divulgação das demonstrações financeiras foi possível mensurar o endividamento da instituição, demonstrado no quadro 27.

Quadro 27. Índices de Endividamento – Bradesco

	2018	2017	2016
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	947%	940%	1030%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -CP	69,31%	63,35%	64,69%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -LP	30,69%	36,65%	35,31%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	90,45%	90,39%	91,15%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O primeiro índice a ser analisado é o grau de endividamento, que compara quanto possui de capital próprio com o capital de terceiros, onde apresentou uma queda nos três anos, apresentando um percentual de 1030% no primeiro ano, caiu para 940% em 2017 e terminou o período analisado, subindo para 947%.

Analisando a composição de endividamento da empresa, nota-se que ela utiliza a maior parte dos capitais de terceiros em curto prazo. Em 2016 é de 64,69% contra 35,31%, 2017 diminuiu para 63,35% e 36,65% e finalizou 2018 mostrando 69,31% em curto prazo e 30,69% em longo prazo.

O endividamento total manteve a variação que os demais índices sofreram. Em 2016, a instituição apresentou um percentual de 91,15% de recursos de terceiros em relação aos capitais aplicados na atividade. Em 2017 ocorreu uma redução, indo para 90,39%, sendo que em 2018 voltou a subir para 90,45%.

4.2.3.2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Após coletar as demonstrações contábeis do banco Bradesco, foi possível calcular os principais índices de rentabilidade, conforme podem ser visualizados no quadro 28.

Quadro 28. Índices de Rentabilidade - Bradesco

	2018	2017	2016
RETORNO SOBRE O PL	13,43%	14,71%	17,06%
RETORNO SOBRE O ATIVO	1,28%	1,41%	1,51%
MARGEM LÍQUIDA	18,86%	18,99%	18,67%
GIRO DO ATIVO	6,80%	7,45%	8,08%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, representa quanto a empresa conseguiu gerar de lucro em relação ao capital próprio. Inicialmente em 2016, a taxa foi de 17,06%, em 2017 reduziu para 14,71% e manteve a queda em 2018, fechando em 13,43%.

A taxa de retorno sobre investimentos estabelece uma relação entre o lucro líquido e o ativo total. Dessa forma, em 2016 o banco apresentou um resultado de 1,51%. Já em 2016 ocorreu uma queda no lucro líquido, o que ocasionou um retorno de 1,41% para cada R\$ 1,00 de capital investido. Em 2018 esse índice manteve uma redução, encerrando o período com 1,28.

Verificando a margem líquida, observa-se que em 2016 o banco obteve um lucro líquido de 18,67% em relação ao total de sua receita líquida. Já em 2017 esse índice apresentou um crescimento, representando 18,99% do total da receita líquida apurada ao final do exercício, e, em 2018, o índice teve uma leve caída, passando para 18,86%.

4.2.4 MILLENNIUM BCP

Banco Comercial de Portugal como era conhecido até 2004, foi constituído em 17 de junho de 1985 como uma sociedade de responsabilidade limitada, organizada segundo as leis de Portugal. Fundado por um grupo de mais de mais de 200 acionistas e uma equipe de bancários portugueses, procuraram capitalizar uma instituição financeira independente, que servisse o mercado financeiro de forma mais eficaz do que os bancos estatais.

4.2.4.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As instituições portuguesas atendem ao decreto de Lei nº 158 de 13 de julho de 2009 que obriga as empresas que atendem as normas internacionais de contabilidade a publicação das demonstrações financeiras. No quadro 29 pode-se observar as principais contas do banco Millennium BCP.

Quadro 29. Balanço Patrimonial – Millenium BCP

<i>Valores em milhões de Euros</i>			
	2018	2017	2016
ATIVO TOTAL	75.923.049	71.939.450	71.264.811
ATIVO CIRCULANTE	72.009.658	66.838.124	66.090.564
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.913.391	5.101.326	5.174.247
PASSIVO + PL	75.923.049	71.939.450	71.264.811
PASSIVO CIRCULANTE	63.526.690	63.269.726	64.379.060
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.432.453	1.489.988	1.620.570
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.963.906	7.179.736	5.265.181

Fonte: Retirado do site: <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/>

Quadro 30 - Demonstração Do Resultado – Millenium BCP

<i>Valores em milhões de Euros</i>			
	2018	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.059.433	2.101.708	2.022.460
CUSTOS DE ESTRUTURAS	(1.027.213)	(954.181)	(779.996)
LUCRO LÍQUIDO	418.874	289.557	138.406

Fonte: Retirado do site: <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/>

A partir das demonstrações acima apresentadas, observa-se que o resultado líquido durante os três anos se manteve praticamente igual, porém o lucro líquido final apresentou um aumento de mais de 200%, mesmo que os custos de estruturas tenham aumentado.

4.2.4.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES

4.2.4.2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez buscam demonstrar a capacidade de pagamento da entidade. Dessa forma, o quadro 31 nos permite visualizar os índices de liquidez do banco nos períodos de 2016 a 2018.

Quadro 31. Índices De Liquidez – Millennium BCP

	2018	2017	2016
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,0433	0,0343	0,0244
LIQUIDEZ SECA	0,0667	1,0422	1,0103
LIQUIDEZ CORRENTE	1,1335	1,0564	1,0266
LIQUIDEZ GERAL	1,0469	1,0421	1,0103

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Com base nos resultados apresentados, nota-se que todos os índices de liquidez tiveram pequenas variações, tanto boas como ruins. Por exemplo, a liquidez imediata apresentou um crescimento de 2016 para 2017, saindo de 0,0244 para 0,0343. Em 2018 o aumento foi de 26,24%, passando para 0,0433, ou seja, o banco possui apenas R\$ 0,04 de disponibilidade para cada R\$ 1,00 de obrigações em curto prazo.

Analisando a liquidez seca que desconsidera o valor dos estoques, em 2016 o banco apresentou €\$ 1,01 de recursos em curto prazo desconsiderando os estoques para cada €\$ 1,00 de obrigações de curto prazo. Em 2017 esse índice sofreu uma leve melhora, passando para €\$ 1,04, porém, em 2017 o mesmo apresentou o resultado de €\$ 0,0667, significando uma elevada queda em relação aos exercícios anteriores.

No que diz respeito à liquidez corrente, o mesmo sofreu aumentos sucessivos ao longo dos períodos analisados, o que representa uma melhora. Em 2016 a instituição possuía €\$ 1,03 de recursos de curto prazo para cada €\$ 1,00 de obrigações também de curto prazo. Em 2017 já ocorreu uma pequena melhora, pois este índice passou para €\$ 1,05. Porém, em 2018 ocorreu uma melhora, pois o clube passou a contar com €\$ 1,13 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações com o mesmo prazo de vencimento.

4.2.4.2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Com a aplicação dos cálculos dos índices de endividamento nas demonstrações apresentadas, os resultados estão apresentados no quadro 32.

Quadro 32. Índices De Endividamento – Millennium BCP

	2018	2017	2016
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	990%	901%	1253%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -CP	92,12%	97,70%	97,54%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -LP	7,88%	2,30%	2,46%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	90,83%	90,02%	92,61%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

O primeiro índice a ser analisado é o grau de endividamento, que visa demonstrar o percentual de capital de terceiros existente em relação ao patrimônio líquido. A partir disso, pode-se constatar que em 2016 o capital de terceiros representava 1253 % superior ao patrimônio líquido do clube. Esse percentual sofreu uma queda considerável em 2017, representando um valor 901%. Já em 2018, a representatividade do capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido voltou a subir, foi 990%.

Analisando apenas as origens vinculadas a terceiros, percebe-se que o percentual de obrigações de curto prazo foi menor em 2018, quando representava 92,12 %. Em 2016 e 2017, os percentuais se mantiveram parecidos, em torno de 97,6% de obrigações de curto prazo em relação ao total de obrigações com terceiros.

A mesma variação se aplica ao endividamento total, de 2016 teve uma queda de 92,61% para 90,02%, sendo assim, quase todos os recursos aplicados na

instituição são oriundos de capitais de terceiros. Em 2018, o índice teve uma leve elevação, indo para 90,83%.

4.2.4.2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Por fim, foram analisados os índices de rentabilidade do banco, os quais podem ser visualizados no quadro 33.

Quadro 33. Índices De Rentabilidade – Millennium BCP

	2018	2017	2016
RETORNO SOBRE O PL	7,25%	4,76%	3,16%
RETORNO SOBRE O ATIVO	0,55%	0,40%	0,19%
MARGEM LÍQUIDA	20,34%	13,78%	7,21%
GIRO DO ATIVO	2,71%	2,92%	2,70%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A taxa e retorno sobre o patrimônio líquido, que estabelece a relação do resultado do exercício com o capital próprio, melhorou ao longo dos três anos. Em 2016 o lucro foi de 138.406 milhões representou um retorno de 3,16%. Já em 2017 o resultado foi de 289.557 milhões, caracterizou um retorno de 4,76% e em 2018 o retorno foi de 7,25% sobre um resultado de €\$ 418.874 milhões.

Com base nos resultados acima citados, o retorno sobre o ativo da empresa, foi de 0,19%, 0,40%, 0,55% e em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Pode-se observar que o resultado teve uma melhora, mas está muito abaixo do ideal. Diante desses resultados a empresa precisa em 2018 de quase 181,82 anos para que o resultado se equivalha ao valor total investido.

Já na relação entre o resultado líquido com o resultado do faturamento líquido da instituição, os resultados tiveram melhoras significativas. Em 2016 o lucro representava 7,21% da receita líquida, passou para 13,78% em 2017 e 20,34% no ano seguinte

Por último, o giro do ativo teve uma variação de melhora e piora dos resultados, isso devido ao aumento e redução do faturamento líquido do passar de cada ano, que foi de €\$ 2.059.433 em 2016, €\$ 2.101.708 em 2017 e em 2018, €\$ 2.022.460. Os resultados dos indicadores foram 2,70%, 2,92% e 2,71%.

4.2.5 BANCO BPI

A origem do BPI foi em 1981 com a criação da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos, contando com uma estrutura de acionistas diversificada, que incluía um forte componente do empresarial nacional, constituída por 100 das mais dinâmicas empresas portuguesas e quatro importantes instituições financeiras internacionais. (Banco BPI, 2019).

Em 1985, a SPI deu origem ao BPI, o primeiro banco privado criado após a reabertura do setor financeiro à iniciativa privada. Já em 1986, o BPI tornou-se o primeiro banco cotado na Bolsa Portuguesa. (Banco BPI, 2019).

No ano de 1991, a instituição já apresentava uma liderança na área de investimentos, começando a se expandir para a área comercial. Entretanto, a partir de 2007, no contexto da grave crise financeira internacional, a gestão do banco concentrou-se em quatro prioridades: defesa e reforço do capital, garantia dos níveis de liquidez, redução dos riscos e fortalecimento da relação com os clientes, procurando encontrar um equilíbrio entre três pilares: segurança e solidez, defesa da base de mercado e rentabilidade da operação. (Banco BPI, 2019).

Em 2017, o CaixaBank, detentora de 44% do capital social adquiriu a participação de 8,4% da Allianz, se tornando controladora da instituição.

4.2.5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por ser uma instituição financeira localizada em Portugal também atende a Lei nº 158 de 13 de julho de 2009, onde publicou os seguintes resultados nos últimos três anos para conhecimento de seus acionistas, clientes e fornecedores.

Quadro 34. Balanço Patrimonial – Banco BPI

<i>Valores em milhões de euros</i>			
	2018	2017	2016
ATIVO TOTAL	31.568.015	29.640.209	32.532.077
ATIVO CIRCULANTE	30.455.373	27.776.726	31.161.563
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.071.603	1.830.169	1.328.395
PASSIVO + PL	31.568.015	29.640.209	32.532.077
PASSIVO CIRCULANTE	27.734.476	26.678.034	27.569.911
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	693.044	678.558	2.053.641
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.205.952	2.823.586	2.908.525

Quadro 35. Demonstração Do Resultado - Banco BPI

<i>Valores em milhões de euros</i>			
	2018	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	705.683	500.152	680.816
CUTOS DE ESTRUTURAS	(479.697)	(549.730)	(547.329)
LUCRO LÍQUIDO	158.761	10.209	313.230

Fonte: Adaptado do site www.bancobpi.pt

Através das demonstrações apresentadas na tabela, pode-se observar que os valores de seus ativos apresentaram uma queda entre os anos de 2016 e 2017. Porém em 2018, voltaram a crescer. Essa mesma análise se aplica ao lucro líquido final, destacando a elevada queda entre os anos de 2016 e 2017, saindo de um lucro de €\$ 313 milhões para apenas €\$ 10 milhões.

4.2.5.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES

4.2.5.2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Após a apresentação das demonstrações contábeis dos últimos três anos, foi aplicado os indicadores de liquidez, como pode-se observar no quadro 36.

Quadro 36. Índices De Liquidez - Banco BPI

	2018	2017	2016
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,0884	0,0418	0,0427
LIQUIDEZ SECA	0,9252	1,0102	1,1071
LIQUIDEZ CORRENTE	1,0981	1,0601	1,1303
LIQUIDEZ GERAL	1,0728	1,0346	1,0533

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Avaliando os resultados encontrados, identifica-se que todos os índices tiveram variações ao longo dos anos analisados, tanto positivos como negativos.

Individualmente, a liquidez imediata teve uma queda de 2016 para 2017 de 2,11%. Já em 2018, este indicador teve uma grande melhora, saindo de 0,0418 para 0,0884, um aumento de 111,48%.

Com a liquidez seca, as quedas foram constantes, pois em 2016 o resultado era de 1,1071 caiu para 0,0102 em 2017. Já para 2018 esse indicador foi para 0,9252, devido a empresa ter aumentado seus valores de estoques.

A liquidez corrente sofreu uma piora de 2016 para 2017, porém em 2018 apresentou uma elevação, mas com valores dentro ideal. Para cada €\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, a empresa possuía €\$ 1,13 em 2016, €\$ 1,06 em 2017 e por fim, R\$ 1,09 em 2018.

O último indicador é a liquidez geral, que também apresenta bons números nos três anos, pois possui valores suficientes disponíveis para quitar suas dívidas sem utilizar os valores de imobilizado e intangíveis. Os valores apresentados foram 1,0533, 1,0346 e 1,0728, em 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

4.2.5.2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

A análise desses índices visa avaliar o percentual de endividamento da instituição, dessa forma, o quadro 37 ilustra os resultados encontrados.

Quadro 37. Índices De Endividamento - Banco BPI

	2018	2017	2016
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	887%	952%	1019%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -CP	97,56%	97,48%	93,07%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -LP	2,44%	2,52%	6,93%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	90,05%	90,69%	91,06%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O primeiro índice a ser analisado é o grau de endividamento, que compara quanto possui de capital próprio com o capital de terceiros. Os resultados mostram que em 2016 o capital de terceiros era 1019% maior que o capital próprio, caiu para 952% em 2017 e no último ano, 887%.

Analisando a composição de endividamento da empresa, nota-se que ela utiliza a maior parte dos capitais de terceiros em curto prazo. Em 2016 é de 93,07% contra 23,59% de longo prazo, 2017 foi de 97,48% e 2,52%% e finalizou 2018 mostrando 97,56%% em curto prazo e 2,44% de longo.

O endividamento total manteve a variação que os demais índices sofreram. Em 2016, a instituição apresentou um percentual de 91,06% de recursos de terceiros em relação aos capitais aplicados na atividade. Em 2017 ocorreu uma redução, indo para 90,05%, sendo que em 2018 manteve-se praticamente igual com percentual de 90,05%. Apesar de ter diminuído, esses percentuais continuam elevados.

4.2.5.2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Após realizar o cálculo e análise dos índices de liquidez e endividamento, apuramos os principais índices de rentabilidade do Banco BPI, conforme se pode observar no quadro 38.

Quadro 38. Índices De Rentabilidade - Banco BPI

	2018	2017	2016
RETORNO SOBRE O PL	4,95%	0,36%	10,77%
RETORNO SOBRE O ATIVO	0,50%	0,03%	0,96%
MARGEM LÍQUIDA	22,50%	2,04%	46,01%
GIRO DO ATIVO	2,24%	1,69%	2,09%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Analisando o giro do ativo, podemos observar que em 2016 a instituição obteve como receita líquida o equivalente a 2,09% do total que foi investido. Esse índice sofreu uma queda no ano seguinte, atingindo o percentual de 1,69% em 2017 e voltou a crescer para 2,24% em 2018. Essa redução se deveu a queda de faturamento líquido entre os anos de 2016 e 2017.

No que diz respeito à margem líquida, observa-se que ela teve altas e baixas ao longo dos anos. Em 2016, esse índice foi de 46,01% passou para 2,04% em 2017. Para 2018, teve um grande aumento, passando para 22,50%.

Analisando a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido pode-se observar que em todos os exercícios analisados a mesma apresentou-se baixos números de retorno sobre investido pelos sócios. No primeiro ano analisado o índice foi de 10,77%, passou para 0,36% devido ao baixo resultado final em 2017 e em 2018, foi de 4,95%.

O último indicador seguiu a variação da TRPL, a taxa de retorno sobre o ativo apresentou um percentual de retorno 0,96% em 2016, caiu para 0,03% no ano seguinte. Em 2018, o retorno foi de 0,5%.

4.2.6 BANCO CARREGOSA

A L. J. Carregosa, nome que era ligado ao fundador Lourenço Joaquim Carregosa, em que ergueu, em meio a um período difícil, um negócio dando lhe

competência e credibilidade, era uma casa de câmbio, situada na Rua das Flores, na cidade de Porto, deu origem em 1833 ao Banco Carregosa. (Banco Carregosa, 2019).

É um banco privado que se dedica à oferta de serviços, produtos e aconselhamento nas áreas de gestão de patrimônios. A instituição distingue-se pela conjugação que consegue fazer entre conservadorismo e modernidade, entre tradição e inovação. (Banco Carregosa, 2019).

4.2.6.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Sob obrigatoriedade da Lei nº 158 de 13 de julho de 2009, a instituição publicou os seguintes resultados nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Quadro 39. Balanço Patrimonial – Banco Carregosa

Valores em milhares de Euros			
	2018	2017	2016
ATIVO TOTAL	301.995.173	269.328.309	219.358.181
ATIVO CIRCULANTE	224.149.746	217.723.182	159.920.041
ATIVO NÃO CIRCULANTE	77.845.427	156.322.127	59.438.140
PASSIVO + PL	301.995.173	269.328.309	219.358.181
PASSIVO CIRCULANTE	262.545.634	229.699.809	157.873.228
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.061.243	3.658.863	19.132.349
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.388.294	35.956.125	211.713.912

Fonte: Adaptado do site <https://www.bancocarregosa.com/pt/>

Quadro 40. Demonstração Do Resultado – Banco Carregosa

Valores em milhares de Euros			
	2018	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.315.690	10.388.608	10.451.370
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	(9.890.029)	(9.276.688)	(10.979.184)
LUCRO LÍQUIDO	1.151.725	774.119	-395.018

Fonte: Adaptado do site <https://www.bancocarregosa.com/pt/>.

A partir das demonstrações apresentadas, destaca-se que os valores em ativos apresentaram um aumento nos três anos analisados. Esse crescimento, tem relação ao resultado final apresentado no final dos períodos, no qual apresentou um prejuízo de € \$ 395 milhões em 2016, passou para um lucro de €\$ 774 milhões no

ano seguinte e finalizou o período analisado com €\$ 1,15 bilhões positivos de resultado.

4.2.6.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE ÍNDICES

4.2.6.2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez buscam demonstrar a capacidade de pagamento da entidade. Dessa forma, o quadro 41 nos permite visualizar os índices de liquidez do Banco Carregosa nos períodos de 2016 a 2018.

Quadro 41. Índices De Liquidez – Banco Carregosa

	2018	2017	2016
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,3320	0,4468	0,4276
LIQUIDEZ SECA	0,7511	0,9028	0,9646
LIQUIDEZ CORRENTE	0,8538	0,9479	1,0130
LIQUIDEZ GERAL	1,0741	1,5441	1,0534

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Com base nos resultados apresentados, nota-se que todos os índices de liquidez tiveram pequenas variações, tanto boas como ruins. Por exemplo, a liquidez imediata passou por uma pequena melhora de 3,88% de 2016 para 2017, mas em 2018 a queda foi de 2,24%, ou seja, o banco possui apenas 1,31% recursos disponíveis em relação ao total de obrigações em curto prazo.

Já os índices de liquidez corrente, que confronta os valores em curto prazo, e liquidez seca, que desconsidera o valor dos estoques tiveram resultados parecidos, pois o valor que a instituição possui em estoques é pequena. Nos dois índices, a mudança de 2016 para 2017 tiveram uma queda de aproximadamente 5%. Para o ano de 2018, ambos apresentaram um aumento de 4,67%, muito abaixo do que é esperado.

Por fim, a liquidez geral, que compara os ativos a curto e realizável a longo prazo com os passivos de curto e longo prazo, os resultados aumentaram nos três períodos. No segundo ano o aumento foi de 0,55% e no terceiro de 0,21%. Esse

índice apresenta bons números, pois a empresa possui valores suficientes para sanar todas as suas obrigações com recursos de curto e longo prazo.

Com relação a estes indicadores, nota-se que a empresa terá dificuldades em sanar suas dívidas de curto prazo com os recursos de curto prazo. Ela só conseguiu quitá-las com a utilização de recursos de longo prazo.

4.2.6.2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento apresentaram várias oscilações durante o período analisado, conforme o quadro 42.

Quadro 42. Índices De Endividamento – Banco Carregosa

	2018	2017	2016
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	729%	649%	510%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -CP	98,85%	98,43%	89,19%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO -LP	1,15%	1,57%	10,81%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	87,95%	86,65%	80,70%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

O grau de endividamento da empresa apresenta elevados números, pois cada €\$ 1,00 de capital aplicado pelos acionistas, a empresa tomou €\$ 7,29 de dívidas com terceiros em 2018. Esse valor de empréstimos era de R\$ 6,49 em 2017 e R\$ 5,10% em 2016.

O banco utiliza a maior parte de recursos de terceiros em curto prazo, os valores variam entre 89,19% e 98,85%. Esses elevados valores, indica que a empresa terá maior necessidade em gerar recursos para honrar esses compromissos.

O endividamento total apresentou um crescimento nos três anos analisados de 2016 para 2017, saiu de 80,70% foi para 86,65%, ou seja, do ativo total da empresa, grande parte é financiado por terceiros. Em 2018 este índice subiu, indo para 87,95%.

4.2.6.2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Por fim, foram analisados os índices de rentabilidade do banco, os quais podem ser visualizados no quadro 43.

Quadro 43. Índices De Rentabilidade – Banco Carregosa

	2018	2017	2016
RETORNO SOBRE O PL	3,17%	2,15%	(1,14%)
RETORNO SOBRE O ATIVO	0,38%	0,29%	(0,18%)
MARGEM LÍQUIDA	10,18%	7,49%	(3,78%)
GIRO DO ATIVO	3,75%	3,84%	4,76%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A taxa e retorno sobre o patrimônio líquido, que estabelece a relação do resultado do exercício com o capital próprio, melhorou ao longo dos três anos. Em 2016 o banco apresentou prejuízo. A partir de 2017 a empresa começou a apresentar um resultado positivo caracterizando um retorno de 2,15% e em 2018 o retorno foi de 3,17% sobre um resultado de €\$ 1.151.725.

Com base nos resultados acima citados, o retorno sobre o ativo da empresa, foi de 0,38%, 0,29%, em 2017 e 2018, respectivamente. Pode-se observar que o resultado teve uma melhora, mas está muito abaixo do ideal. Devido ao prejuízo calculado em 2016, o banco não teve retorno.

Já na relação entre o resultado líquido com o resultado do faturamento líquido da instituição, os resultados tiveram melhoras significativas. Em 2016 o déficit representava -3,78% da receita líquida, passou para 7,49% em 2017 e 10,18% no ano seguinte

Por último, o giro do ativo teve uma piora nos indicadores, isso devido ao aumento do valor do ativo do passar de cada ano. Em 2016, o valor do ativo era de €\$ 301.995.173 em 2016, €\$ 269.328.309 em 2017 e em 2018, €\$ 219.358.181. Os resultados dos indicadores foram 4,76%, 3,84% e 3,75%.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar a coleta de dados, os cálculos dos indicadores e as análises dos resultados obtidos em instituições financeiras dos dois países, pode se concluir que os bancos possuem bons resultados em questão de rentabilidade, muito devido a apresentarem crescimentos no resultado final nos passar dos anos. Todas as empresas utilizam a maior parte de capitais de terceiros e deles grande quantidade

em curto prazo. Já em que questão de liquidez, os indicadores apontam diversas perspectivas, alguns com bons índices, já outros, abaixo do ideal.

Inicialmente, a comparação dos índices de liquidez do último ano analisado pode ser vista no quadro 44.

Quadro 44. Índices De Liquidez Apresentados Na Amostra

	2018					
	BANCO DO BRASIL	ITAÚ	BRADERSCO	BCP	BPI	CARREGOSA
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,0131	0,0212	0,1310	0,0433	0,0884	0,3320
LIQUIDEZ SECA	0,7980	1,2583	0,7789	0,0667	0,9252	0,7511
LIQUIDEZ CORRENTE	0,7984	1,3411	0,9507	1,1335	1,0981	0,8538
LIQUIDEZ GERAL	1,0503	1,0748	1,0702	1,0469	1,0728	1,0741

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Levando em consideração que uma instituição financeira busca sempre repassar o dinheiro de seus fornecedores para seus clientes em busca de ganhos através dos juros, explica o baixo índice da liquidez imediata apresentados nas seis instituições analisadas pois possuem baixos valores em disponibilidades no final do exercício.

Na comparação entre obrigações e recursos em curto prazo, que é dado pelo indicador de liquidez corrente, apenas as instituições Itaú, Millennium BCP e Banco BPI, possuem valores suficientes para quitar essas dívidas, por apresentar um valor acima de 1,00. Já a liquidez seca, que desconsidera os valores em estoques, apenas o Itaú apresenta esse indicador acima de 1,00.

Apesar disso, todas elas apresentam capital de curto e longo prazo suficientes para pagar suas dívidas de mesmo período. Isso é exemplificado pela liquidez geral, que na amostra apresentou valores acima de 1, ou seja, para cada R\$1,00 de obrigações as instituições brasileiras possuem mais de R\$1,00 de recursos, e nas instituições portuguesas mais de €\$ 1,00. Ainda sobre esse indicador, foi que apresentou resultados parecidos entre as seis instituições.

A seguir pode-se observar a confrontação dos indicadores de endividamento.

Quadro 45. Índices De Endividamento Apresentados Na Amostra.

	2018					
	BANCO DO BRASIL	ITAÚ	BRADESCO	BCP	BPI	CARREGOSA
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	1316%	1024%	947%	990%	887%	729%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - CP	79,18%	60,01%	69,31%	92,12%	97,56%	98,85%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - LP	20,82%	39,99%	30,69%	7,88%	2,44%	1,15%
ENDIVIDAMENTO TOTAL	92,94%	91,10%	90,45%	90,83%	90,05%	87,95%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Nessa comparação nota-se que todos os bancos possuem elevados graus de endividamento, ou seja, utilizam mais recursos vindos de terceiros, esses capitais oriundos de terceiros variam entre 729% a 1316% em relação aos capitais próprios. Sendo o maior do Banco do Brasil, seguido pelo Itaú. Já os menores percentuais são dos bancos portugueses Banco BPI e Banco Carregosa.

A maior parte de capital desses recursos está concentrado em curto prazo. Pode-se destacar que nas instituições portuguesas esse percentual está acima de 90%, obrigando a empresa a apresentar bons resultados para conseguir cobrir essas obrigações imediatas.

Dos totais de valores em ativos dos bancos, grande parte é financiada por esses mesmos recursos oriundos de fornecedores, isto é, pouco de seus bens não são frutos de capital próprio. Estes endividamentos também estão acima de 90% com exceção do banco português Banco Carregosa que apresentou o resultado de 87,95%.

Apesar dos outros indicadores acima citados apresentarem valores parecidos, os índices de rentabilidade não mantiveram a mesma tendência. Como pode-se observar no quadro 46 a comparação dos indicadores de rentabilidade calculados no ano de 2018, a partir da coleta de dados das amostras.

Quadro 46. Índices De Rentabilidade Apresentados Na Amostra

	2018					
	BANCO DO BRASIL	ITAÚ	BRADESCO	BCP	BPI	CARREGOSA
TAXA DE RETORNO SOBRE O PL	12,85%	17,02%	13,43%	7,25%	4,95%	3,17%
TAXA DE RETORNO SOBRE O ATIVO	0,91%	1,51%	1,28%	0,55%	0,50%	0,38%
MARGEM LÍQUIDA	43,56%	52,35%	18,86%	20,34%	22,50%	10,18%
GIRO DO ATIVO	2,08%	2,89%	6,80%	2,71%	2,24%	3,75%

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Por exemplo, vale destacar a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, que apresentou diversos percentuais, sendo as instituições portuguesas não ultrapassaram os 8% de resultado em relação ao capital próprio. Já as empresas brasileiras, tiveram retornos entre 12% e 17%.

Por sua vez o percentual entre o resultado líquido e o valor em ativo, dado pelo indicador, taxa de retorno sobre o ativo, ficou próximo entre 0,91% e 1,51% nas instituições brasileiras. Já nas portuguesas, esses indicadores ficaram próximos entre 0,38% e 0,55%.

Outro indicador que apresentou diferenças nos resultados foi a margem líquida, que mede quanto do faturamento do período resultou em lucro. A instituição com maior margem líquida foi o Itaú Unibanco, onde o valor foi de 52,35%, seguido pelo Banco do Brasil com 43,56%. A terceira posição ficou com a instituição portuguesa, Banco BPI com uma margem de 22,50%. O menor índice ficou com o Banco Carregosa com uma margem líquida de 10,18%, muito devido a períodos anteriores terem apresentados prejuízos e só agora começou a apresentar resultados finais positivos.

A partir dos resultados encontrados, fica evidente que a atividade bancária é altamente rentável, pois as empresas analisadas apresentaram bons valores finais dos períodos, e assim, aumentaram seus valores aplicados em ativo.

Além disso, os altos índices de endividamento fazem parte da atividade realizada pelas instituições financeiras, têm como função fazer a intermediação de dinheiro entre agentes superavitários e agentes deficitários, esse elevado grau de endividamento é aceitável, pois utilizam o dinheiro vindo de depósitos de seus fornecedores e recebem valores através dos juros cobrados.

5 CONCLUSÃO

Um sistema financeiro é fundamental em qualquer país, pois fazem a intermediação de capital entre agentes superavitários e agentes deficitários, facilitando no crescimento econômico dos habitantes desses países. Ou seja, aqueles que precisam de dinheiro, vão até um banco em busca de valores para investir em um negócio, para uma viagem, etc.

Isso explica o valor do Produto Interno Bruto brasileiro que foi de R\$ 4,06 trilhões, quer dizer que as atividades internas brasileiras apresentaram bons faturamentos e isso pode ter grande participação das instituições financeiras, pois apresentaram altos índices de rentabilidade em relação as instituições portuguesas, devido a isso contribuíram na circulação de dinheiro dentro do território.

O mesmo caso pode ser aplicado nas instituições portuguesas em relação ao PIB português, pois as três instituições analisadas apresentaram baixos de rentabilidade e o resultado das atividades internas ser de apenas €\$ 186,48 milhões, ou seja, menos dinheiro circulou no território e nas instituições bancárias.

Após a realização dessa pesquisa, notou-se que é possível realizar comparações de instituições bancárias entre países, desde que todos utilizem o mesmo método de estruturação das demonstrações financeiras. A adoção das IFRS em ambos os países possibilitou essa análise.

Ainda sobre a pesquisa vale destacar que todas as instituições financeiras possuem elevados índices de endividamento, isso é explicado pela atividade de intermediação de valores, ou seja, a maior parte dos recursos são oriundos de capitais de terceiros. Vale evidenciar o alto índice de capitais de terceiros em curto prazo das instituições financeiras portuguesas, que ficam acima dos 90%.

Os altos índices de endividamento são aceitáveis, pois a atividade bancária, depende principalmente dos capitais de terceiros, que são captados através dos depósitos e posteriormente repassados aos seus clientes a uma taxa de juros maior do que os pagos aos seus fornecedores.

Nos indicadores de liquidez destaca-se que todas as instituições utilizadas na pesquisa apresentaram um índice de liquidez geral superior a 1, sendo assim, todas possuem recursos para sanar suas dívidas sem precisarem utilizar seus ativos permanentes. Em relação a quitação de obrigações de curto prazo utilizando apenas

de curto prazo, apenas três instituições possuem capitais de curto prazo suficientes para isso, sendo a única brasileira, Itaú Unibanco e as duas portuguesas, Millennium BCP e Banco BPI.

Em relação ao resultado dos exercícios, com exceção da instituição brasileira Bradesco e da instituição portuguesa Banco BPI, a qual apresentaram queda no lucro final em algum dos três anos analisado, as demais relevaram crescimento no resultado final, sendo que o Banco Carregosa iniciou o período analisado com déficit de €\$ 395,02 milhões e no último ano estudado com superávit de €\$ 1,15 bilhões. Nesse sentido, as maiores evoluções foram das entidades localizadas em território brasileiro.

Outro indicador em que dois bancos brasileiros se destacam em relação aos demais foi a margem líquida, onde evidencia-se quanto do faturamento líquido se tornou lucro para a instituição no final do período. O Banco do Brasil e o Itaú Unibanco, apresentaram índices de 43,56% e 52,35%, respectivamente, em quanto os demais, ficaram próximos dos 20%, com a exceção do banco português Carregosa, que indicou uma margem líquida de 10,18%, devido a anos anteriores ter apresentado prejuízos e somente em 2018, começar a apresentar valores positivos.

Após a conclusão do trabalho, observa-se que diversos aspectos podem ser abordados em pesquisas futuras. Dentre eles, pode ser realizada uma análise da gestão, levando em consideração os métodos que cada instituição utiliza para buscar recursos, como empresta-os. Pode-se aplicar uma comparação de diferenças de taxas de juros e períodos utilizadas por cada uma.

Além disso, a amostra e os períodos analisados podem ser ampliados, a fim de realizar o estudo considerando outras instituições brasileiras ou até mesmo de outros países e verificar se os resultados são melhores em relação aos apresentados nessa pesquisa. Outro assunto a ser abordado em trabalhos futuros é entender economicamente, porque os bancos brasileiros possuem melhores índices de margem líquida em relação aos portugueses.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA da SILVA, Alexandre. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALVES, M. DO. C.; ANTUNES, E.C. **A implantação das normas internacionais de contabilidade na Europa: um estudo comparativo**. Universidade da Beira Interior, Departamento de Gestão e Economia. Portugal, Covilhã, 2010.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A ADOÇÃO DO BRASIL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE IFRS: O PROCESSO E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 20, p.5-19, jan. 2012.

ARRUDA, Marcelo Paulo de et al. Análise do Conservadorismo e Persistência dos Resultados Contábeis das Instituições Financeiras Brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.23-45, jun. 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de balanços - Um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

B3. Disponível em: <www.b3.com.br>. Acesso em: 03 set. 2019.

BANCO BPI. Disponível em: <<https://www.bancobpi.pt/>> Acesso em 23 ago. 2019

BANCO CARREGOSA. Disponível em: <<https://www.bancocarregosa.com/pt/>>. Acesso 01 set. 2019.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/>> Acesso em 21 ago. 2019.

BARONI, Marcos. **Instituição Financeira - Tipos | Informações | Conceito**. Disponível em: <<https://fiis.com.br/instituicao-financeira/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

BORGES, António; RODRIGUES, José Azevedo; RODRIGUES, José Miguel; RODRIGUES, Rogério. **As novas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Áreas Editora, 2007.

BRADESCO. Disponível em:<<https://banco.bradesco/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARNEIRO, Murilo; SALGADO JUNIOR, Alexandre Pereira; MACORIS, Lucas Serrão. AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA BANCÁRIA POR MEIO DA ABORDAGEM DE INTERMEDIÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, p.336-359, dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**. Brasília: 2017.

COSIF - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 03 set. 2019.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília** – DF, v.15, n.2, p. 110-126, maio/ago. 2012.

ENCARNAÇÃO, Carina Fabíola Gonçalves da. **INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS: Os impactos da alteração normativa em Portugal**. Porto: Business School, 2009.

ERCHINGER, Holger. IFRS in the United States - Developments and Current Status. **Australian Accounting Review**, Sidney, v. 22, n. 3, p.248-256, set. 2012.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, José Luiz Nunes. **IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E PORTUGAL**. Belém, jun. 2017.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em 23 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em 29 set. 2019.

ITAÚ UNIBANCO. Disponível em: <<https://www.itau.com.br/>>. Acesso em 25 ago. 2019

LEMUS, Edel. The Similarities and Differences between the Financial Reporting Standards under United States. GAAP versus IFRS. **Global Journal Of Management And Business Research: Accounting and Auditing**, EUA, v. 14, n. 3, p.1-7, 2014.

LIMA, Luiz Murilo Strube. **IFRS: Entendendo e aplicando as normas internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MANZATO, Antonio José. SANTOS, Adriana Barbosa. **A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa.** Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNESP: 2012

MARION, José Carlos. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: CONTABILIDADE EMPRESARIAL.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; KÜHL, Carlos Alberto. **Análise Financeira das Empresas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

MARTINS, E.; LOPES, A. B. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem.** 1º ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: uma abordagem crítica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATOS, Hélder Alexandre Pereira de. **A adoção do Sistema de Normatização Contabilística e o seu Impacto nas Demonstrações Financeiras.** Porto: Contabilidade e Administração, 2011.

MILLENIUM BCP. Disponível em: <<https://ind.millenniumbcp.pt/>>. Acesso em 24 ago. 2019.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PIRES, Amélia Maria Martins; RODRIGUES, Fernando José Peixinho de Araújo. **O efeito da aplicação do SNC no capital próprio: Evidência em 50 empresas sujeitas a Revisão Legal de Contas.** 2015. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Contabilidade, Instituto Politécnico de Bragança Departamento de Economia e Gestão da Estig Campus de Santa Apolónia, Porto, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS MUDANÇAS NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES: COMO ERA E COMO FICOU.** São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS OLIVEIRA, Helena Maria, et al. **O MODELO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC).** *Universo Contábil*, Vila do Conde, p.101-120, jun. 2010.

SAPORITO, Antonio. **Análise e Estrutura das Demonstrações Contábeis.** Curitiba: Intersaberes, 2015.

SILVA, Flávia Oliveira da. **ESTRUTURA E ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL.** São Paulo: Anhanguera, 2017.

TAN, Aldays et al. An Investigation into the Potential Adoption of International Financial Reporting Standards in the United States: Implications and Implementation. **Australian Accounting Review**, Sidney, v. 26, n. 1, p.45-65, mar. 2016.

TSF Rádio Notícias. Disponível em: <<https://www.tsf.pt>>. Acesso em 25 set. 2019.

ZEFF, Stephen A.. A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s.l.], v. 25, n. 8, p.300-320, dez. 2014. FapUNIFESP (SCIELO).